

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC MARCIO ALVES SANTANA

O DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA NAVAL NO MAR DO SUL DA CHINA:

uma comparação com a estratégia naval clássica

Rio de Janeiro

2020

CC MARCIO ALVES SANTANA

O DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA NAVAL NO MAR DO SUL DA CHINA:

uma comparação com a estratégia naval clássica

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Alexandre Tito dos Santos
Xavier

Escola de Guerra Naval

Rio de Janeiro

2020

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, e mais importante, gostaria de agradecer a Deus, que tudo sabe, rogo que mantenha suas mãos sobre mim e sobre a minha família, pois aquele que confia em Deus não precisa ter medo, porque Deus está ao seu lado, peço que me faça instrumento de sua vontade.

À minha mãe, Sra. Marluce, meu Pai, Sr. Paulo (*in memoriam*), e meus irmãos, Mateus, Maurício e Thiago, que mesmo distantes sempre me apoiaram e acreditaram em mim, responsáveis por fazer parte da formação do meu caráter e da minha honra.

Ao meu pequenino Gabriel, que me faz um pai orgulhoso e ao mesmo tempo preocupado em passar os mesmos valores de honra e caráter os quais ele demonstra ver quando olha para mim.

À minha amada Isis, pilar de sustentação da minha vida, porto seguro que sempre encontro após cada batalha, sem seu apoio e carinho tenho a plena certeza que nada disso seria possível.

Por fim gostaria de agradecer aos meus orientadores, ao Capitão de Fragata Luiz Eduardo CETRIM Maciel, que me ajudou no desenvolvimento inicial do trabalho e que por motivos de força maior não pode seguir navegando comigo, segundo ao Capitão de Mar e Guerra (RM1) Alexandre TITO dos Santos Xavier que aceitou ingressar na batalha e seguir nesse desafio comigo, ao qual expresseo o meu maior agradecimento e apreço.

“O domínio do mar determinará o destino da nação, sua ascensão e queda.”

(Alfred Thayer Mahan)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é evidenciar e explicar quais as similaridades e singularidades entre a estratégia naval contemporânea, identificada como *Anti-Access/Area-Denial* (A2/AD), utilizada pela República Popular da China (RPC), e os conceitos da estratégia naval clássica, baseando-se nos pontos principais da Teoria do Poder Marítimo de Mahan, a fim de concluir se a estratégia utilizada atualmente pela RPC, como potência emergente no cenário internacional, corresponde a uma nova visão da estratégia naval ou trata-se puramente de uma releitura da estratégia clássica; optando-se pelo estudo comparativo para levantar os pontos comuns e distintos entre a aplicação das estratégias. Para isso serão levantados os aspectos geopolíticos, econômicos e militares que envolvem a região do Mar do Sul da China, a fim de estudá-la como pano de fundo para as pretensões da RPC em busca de assumir uma postura mais assertiva com relação ao seu poder naval e, conseqüentemente, com relação ao seu desenvolvimento estratégico naval. O trabalho pretende responder à seguinte questão de pesquisa: Quais as similaridades e singularidades entre a estratégia naval contemporânea da RPC e a estratégia naval clássica? E, se, a estratégia naval da RPC, potência naval em ascensão, corresponde a uma nova visão da estratégia naval?

Palavras-chave: Estratégia Naval. Poder Marítimo. *Anti-Access/Area-Denial*. *Air-Sea Battle*. Mar do Sul da China.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Serviços de transporte marítimo e apoio de infraestrutura	60
Figura 2 – Mapa da linha de nove traços “ <i>Nine-Dash Line</i> ”.....	61
Figura 3 – Principais pontos de tensão no Mar do Sul da China	62
Figura 4 – Mosaico de evolução da ocupação da Ilha Woody	63
Figura 5 – Mosaico de evolução da ocupação e militarização do Recife Fire Cross	64
Figura 6 – Mosaico de evolução da ocupação e militarização do Recife Mischief	65
Figura 7 – Mosaico de evolução da ocupação e militarização do Recife Subi	66
Figura 8 – Mapa gráfico com o alcance dos mísseis superfície-ar e aeronaves de ataque das principais ilhas artificiais da RPC. (Ilha Woody, Recife Fire Cross, Recife Mischief e Recife Subi).	67
Figura 9 – Raios de ação dos mísseis da RPC	68
Figura 10 – Localização das principais forças navais da RPC	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da modernização militar naval da RPC desde 2005	70
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1ª GM	Primeira Guerra Mundial
2ª GM	Segunda Guerra Mundial
A2 –	<i>Anti-Access</i>
A2/AD –	<i>Anti-Access/Area-Denial</i>
AD –	<i>Area-Denial</i>
ASB –	<i>Air-Sea Battle</i>
CNUDM –	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CSBA –	<i>Center for Strategic and Budgetary Assessments</i>
EUA –	Estados Unidos da América
LCM –	Linhas de Comunicações Marítimas
MSC –	Mar do Sul da China
ONU –	Organização das Nações Unidas
RPC –	República Popular da China
PLA –	<i>People's Liberation Army</i>
PLAN –	<i>People's Liberation Army Navy</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE –	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A TEORIA DO PODER MARÍTIMO DE MAHAN	13
2.1	A Trindade Mahaniana e o Poder Marítimo	14
2.2	A Proteção das Linhas de Comunicação Marítimas	15
2.3	Princípio da Concentração de Forças	16
2.4	A Esquadra em Potência – <i>Fleet-in-Being</i>	17
2.5	Aspectos Geopolíticos da Teoria de Mahan	19
2.6	A Importância do Uso do Mar na Atualidade	21
3	AS TENSÕES NO MAR DO SUL DA CHINA	23
3.1	A Geopolítica do Mar do Sul da China	25
3.2	A Militarização das Ilhas do Mar do Sul da China	27
4	O DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA NAVAL DA RPC	29
4.1	A Evolução da Estratégia da RPC	30
4.2	A Capacidade de Projeção de Poder	33
4.3	A Estratégia A2/AD e a Modernização Militar da China	35

4.4 A <i>Fortress Fleet</i> Chinesa	39
4.5 A <i>Fleet-in-Being</i> Chinesa	41
4.6 A Contraposição no Pacífico: O Conceito de <i>Air-Sea Battle</i> e <i>OffShore Control</i> ..	43
5 COMPARAÇÃO ENTRE A ESTRATÉGIA CLÁSSICA E A	48
CONTEMPORÂNEA	
6 CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS	55
ANEXOS	60

1 INTRODUÇÃO

A República Popular da China (RPC) é uma potência em ascensão e que por muito tempo se preocupou apenas com a parte terrestre de sua projeção estratégica, entretanto ao final da década de 1990, após ter assegurado sua unidade territorial na parte continental daquele Estado, reconheceu que o desenvolvimento de uma potência no cenário internacional está diretamente ligado ao desenvolvimento do poder marítimo, voltando desde então seus olhos e esforços para o mar (FAVREL, 2019).

O Mar do Sul da China (MSC), também conhecido como Mar da China Meridional, é uma área de aproximadamente de 3,5 milhões de Km², com reservas estimadas de 11 bilhões de barris de petróleo e 5,4 trilhões de metros cúbicos de gás natural abaixo do leito marinho (EIA, 2013), também é rota de praticamente 1/3 do comércio marítimo mundial, e a China encontra-se aprisionada dentro dele, necessitando controlar essa área marítima para atender aos seus anseios, tanto no que se refere à defesa territorial quanto ao seu desenvolvimento como potência mundial, entretanto ao fazer isso entra em rota de colisão com os Estados Unidos da América (EUA), a atual potência naval hegemônica, que por sua vez possui diversos aliados políticos e militares na região, entre eles Taiwan e Filipinas. O MSC é circundado pela China e por outros nove Estados do sudeste asiático, relativamente menores e militarmente menos capazes, como Filipinas, Brunei, Vietnã e Malásia, e nas últimas três décadas, esses Estados litorâneos vêm competindo a fim de exercer soberania sobre mais de uma centena de pequenas ilhas, recifes, rochas e suas águas circundantes.

A RPC vem demonstrando vontade política, não poupando recursos, para manifestar e exercer a sua soberania sobre as ilhas e a região marítima do MSC, que está passando por um processo de militarização, intensificado a partir de 2010, com perspectiva de ser o desafio da estratégia naval do século XXI. Os EUA, por sua vez, realizam constantes

exercícios militares na região como forma de demonstrar a sua hegemonia, e manter as Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) livres do domínio de um único Estado. Este cenário compõe o campo de desenvolvimento da estratégia marítima de nossos tempos e pode resultar no próximo passo de desenvolvimento estratégico militar.

Este estudo pretende levantar os aspectos geopolíticos, econômicos e militares que envolvem a região do MSC, a fim de estudá-la como pano de fundo para as pretensões da RPC em busca de assumir uma postura mais assertiva com relação ao seu poder naval e conseqüentemente com relação ao seu desenvolvimento estratégico naval. Ele se limitará no campo de abordagem dos assuntos relativos às estratégias, sem entrar no detalhe da comparação de poderes combatentes, bem como não se aprofundando nos aspectos jurídicos dos pleitos de soberania dos Estados envolvidos junto à CNUDM¹.

O propósito deste trabalho é evidenciar e explicar quais as similaridades e singularidades entre a estratégia naval contemporânea, identificada como *Anti-Access/Area-Denial* (A2/AD), utilizada pela RPC, e os conceitos da estratégia naval clássica, baseando-se nos pontos principais da Teoria do Poder Marítimo de Mahan, a fim de concluir se a estratégia utilizada atualmente pela RPC, como potência emergente no cenário internacional, corresponde a uma nova visão da estratégia naval ou trata-se puramente de uma releitura da estratégia clássica. Optando-se pelo estudo comparativo para levantar os pontos comuns e distintos entre a aplicação das estratégias.

Portanto o trabalho pretende responder à seguinte questão de pesquisa: Quais as similaridades e singularidades entre a estratégia naval contemporânea da RPC e a estratégia naval clássica? E, se, a estratégia naval da RPC, potência naval em ascensão, corresponde a uma nova visão da estratégia naval?

¹ A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), concluída em dezembro de 1982, em Montego-Bay, Jamaica, é resultante de um esforço de negociação da comunidade internacional com o propósito de equacionar, sob um espírito de cooperação mútua, as questões relativas ao Direito do Mar, que tem sido objeto de disputas e conflitos armados até os dias de hoje. Disponível em: https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/convention_overview_convention.htm. Acesso em: 02 jul. 2020.

A apresentação da pesquisa conterà seis capítulos, incluindo a Introdução. No segundo capítulo será apresentada a fundamentação teórica da estratégia naval clássica, a partir do estudo da Teoria do Poder Marítimo de Mahan, a fim de entender a sua influência sobre o desenvolvimento estratégico naval da RPC e posteriormente compará-las.

No terceiro capítulo, será feita uma análise das tensões que envolvem a região do MSC, com o objetivo de entender as pretensões e as possibilidades estratégicas para a Marinha do Exército de Libertação Popular (PLAN)² da República Popular da China, buscando entender o contexto histórico e geopolítico, bem como o que a RPC vem fazendo para exercer a sua soberania sobre a região.

O quarto capítulo buscará analisar a evolução da estratégia da RPC, apresentar a fundamentação teórica sobre a sua atual estratégia naval de defesa ativa, identificada como A2/AD, buscando demonstrar as suas características. Para isso também será feito um estudo da estratégia que se opõe a RPC, principalmente no que se refere as suas pretensões no MSC, neste caso, a estratégia naval desenvolvida pelos Estados Unidos da América, e as suas estratégias de *Air-Sea Battle* e *OffshoreControl*, a fim de entender os motivos pelos quais a estratégia naval da China se desenvolve.

No quinto capítulo, serão confrontadas as evidências obtidas com as estratégias apresentadas, sendo identificadas as similaridades e singularidades das concepções estudadas. Desta análise serão construídos os esclarecimentos para responder a questão proposta.

Por fim, será apresentada a conclusão com o resultado do estudo, baseando-se nos argumentos apresentados nos capítulos anteriores a fim de demonstrar a relevância do estudo para a estratégia naval da atualidade.

² Sigla na língua inglesa: *People's Liberation Army Navy – PLAN*.

2 A TEORIA DO PODER MARÍTIMO DE MAHAN

Alfred Thayer Mahan (1840-1914) foi um ilustre oficial da marinha dos EUA, que se notabilizou como estrategista e professor, cujos escritos sobre a importância do mar na grandeza dos Estados, realizados a partir do final do século XIX, influenciaram gerações sucessivas de políticos e oficiais em todo o mundo e desencadearam um forte investimento na edificação de capacidades navais, que se verificou na década precedente a 1ª GM (1914-18).

Mahan adaptou e refinou a abordagem de Jomini³ (1779-1869), um importante teórico da guerra terrestre, para ciência militar naval, marcando uma revolução intelectual no desenvolvimento estratégico para as marinhas. Depois de ler as obras de Mahan os oficiais da marinha encontraram uma ferramenta com a qual poderiam desenvolver a doutrina naval estratégica (MAHAN, 1991). Ao lançar, em 1890, “*The Influence of Sea Power upon History 1660-1783*”, Mahan procurou estudar a história naval britânica e entender os instrumentos de ação empregados pelo Estado que possibilitaram o seu domínio dos mares por mais de trezentos anos. Em seu estudo ele argumenta que a história demonstra que o poder marítimo⁴ é de primordial importância para a supremacia dos Estados.

Os conceitos de Mahan fundamentam-se no princípio de que os Estados podem se desenvolver e ou entrar em decadência, mas nunca permanecer em posição estática no cenário internacional, sendo o poder marítimo a chave para o futuro das nações (TOSTA, 1984).

Mesmo nos dias atuais, os conceitos do pensamento estratégico de Mahan sobre o

³ Antoine-Henri Jomini, Barão Jomini, foi o principal teórico militar da primeira metade do século XIX, tendo participado das campanhas napoleônicas. Escreveu “*Précis de l'Art de la Guerre*” em 1836, onde dividiu a arte da guerra em seis partes: A política da Guerra, estratégia, grande tática, a logística, a engenharia e tática de detalhes.

⁴ Neste trabalho será utilizado como referência conceitual o EMA-305 - Doutrina Militar Naval (2017):
- Poder Marítimo: É a projeção do Poder Nacional, resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando a conquistar e manter os objetivos nacionais; e
- Poder Naval: Um dos componentes da expressão militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo. Compreende os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais; as infraestruturas de apoio; e as estruturas de comando e controle, de logística e administrativa.

poder marítimo, o comando do mar, a batalha decisiva e as bases navais compõem os fundamentos teóricos da estratégia naval em diversos círculos acadêmicos e militares, sendo uma referência fundamental para a preparação e o emprego do poder naval (RIBEIRO, 2010).

Mahan tinha como principais objetivos de sua teoria demonstrar a importância que o mar tem para o desenvolvimento dos Estados e compreender os princípios que regem a guerra no mar desde a Antiguidade. A análise da obra de Mahan é de fundamental importância para quem procura compreender o pensamento geopolítico dos Estados e sua influência sobre as políticas interna e externa (VIOLANTE, 2015).

Neste capítulo serão apresentados os fundamentos do seu pensamento estratégico, sistematizados em torno dos conceitos da trindade mahaniana e o poder marítimo, Linhas de Comunicação Marítimas (LCM), princípio da concentração de forças, esquadra em potência e os aspectos geopolíticos da teoria de Mahan.

2.1 A Trindade Mahaniana e o Poder Marítimo

O conceito de poder marítimo de Mahan se concretizava na capacidade de um Estado em usar o mar, e, além do aspecto militar, envolvia o político, o econômico, o geopolítico e o psicossocial. O poder marítimo segundo Mahan estava baseado em uma trindade de aspectos político-econômicos essenciais a “trindade marítima” (ALMEIDA, 2010):

1. A produção, por meio de uma forte economia produtiva na qual residia a importante capacidade de produzir bens para troca e desenvolvimento;
2. O transporte de bens, realizado pelos navios mercantes; e
3. A existência de colônias, necessárias como pontos de troca de produtos, apoio e bases para os navios.

Segundo Mahan, um Estado que tivesse um caráter expansionista e visão hegemônica, se seguisse o conceito da “trindade marítima” alcançaria a superioridade frente aos demais, e, conseqüentemente, se tornaria uma grande potência. Tal conceito permanece fundamental, mesmo nos dias atuais, para a implementação de um poder marítimo adequado ao cenário mundial, essencial aos Estados que buscam uma maior assertividade no sistema internacional. O conceito também possui grande semelhança com a trindade paradoxal de Clausewitz⁵ (forças armadas, povo e governo); que se referia ao fenômeno da guerra e Mahan aos aspectos políticos e econômicos para o desenvolvimento do poder marítimo. Entretanto essas condições assinaladas por ambos os autores eram essenciais para se alcançar os propósitos a que se destinavam (VIOLANTE, 2015).

2.2 A Proteção das Linhas de Comunicação Marítimas

Para Mahan o controle do mar consistia em obter uma ilimitada superioridade, com poderio no mar suficiente para expulsar o inimigo dos oceanos, para o qual não restaria opção além de fugir. Assim, para que o domínio do mar fosse obtido, haveria a necessidade de se controlar as Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) e eliminar o inimigo dos mares. Um poder naval forte, segundo Mahan, se devia fundamentalmente a uma esquadra composta por navios de linha⁶. Desse modo, a proteção das LCM, função primordial das marinhas de guerra, poderia ser exercida em operações ofensivas (ALMEIDA, 2010).

As LCM seriam defendidas por meio de uma batalha decisiva que eliminaria a esquadra inimiga em uma batalha única. Nessa batalha, a esquadra deveria ser empregada de

⁵ Carl von Clausewitz (1780-1831) foi um general prussiano que teve como um de seus principais legados para a história a obra clássica, “Da guerra”, uma referência obrigatória sobre o estudo militar. Escrita provavelmente entre 1812 e 1831, foi publicada postumamente graças ao esforço de sua mulher Marie von Clausewitz.

⁶ Navios Capitais, que à época de Mahan correspondia aos Encouraçados, navios pesadamente blindados e armados, ideais para a batalha decisiva (ALMEIDA, 2010).

forma concentrada, a fim de localizar e destruir a esquadra inimiga (MAHAN, 1890). Entretanto, Mahan reconhecia a dificuldade de ocorrer um encontro decisivo, uma vez que a esquadra mais vulnerável evitaria o combate, como uma medida de sobrevivência. Essa concepção tinha, segundo o entendimento de Mahan, a ideia de que o domínio do mar seria produzido pela vitória contra a esquadra inimiga e a sua total destruição, o que fazia desse enfrentamento a batalha decisiva da guerra naval, sendo obtido, desse modo, o controle do mar. Para isso era necessária uma esquadra poderosa, que pudesse se contrapor à esquadra inimiga, assegurando a vitória e o controle marítimo (VIOLANTE, 2015).

Cabe ressaltar que as LCM ganham uma importância especial quando passam por estreitos ou pontos de estrangulamento marítimos, também chamados de *chokepoints*⁷, pois é grande a possibilidade de serem interrompidas pela conflagração de conflitos, justamente pelo fato de a ação ser menos dispendiosa. Paradoxalmente, grande parte das LCM mais importantes do mundo passam por estritos marítimos.

2.3 Princípio da Concentração de Forças

Um dos princípios considerados mais importantes em sua teoria era o da concentração. Para Mahan, a concentração da esquadra deveria ocorrer em uma posição central que possibilitasse atacar o inimigo a partir de linhas interiores. O conceito da posição central traduzia a vantagem que uma força naval poderia obter de uma posição geográfica central entre dois antagonistas. Esse Estado ou força agiria como uma cunha, impedindo a união de dois inimigos e poderia desferir ataques de flanco contra as iniciativas desses dois

⁷ Termo na língua inglesa para estreito marítimo, um ponto de congestionamento natural ao longo de duas passagens navegáveis. Exemplo: Estreitos de Gibraltar, Hormuz, Bab el-Mandeb, Málaga, Taiwan e Lombok (VILLAR; HAMILTON, 2017).

adversários ou forças navais inimigas que quisessem se unir. Mahan também definia linhas interiores como sendo linhas estratégicas com a característica de se prolongar em uma ou mais direções a partir da posição central, favorecendo uma interposição entre corpos distintos do inimigo, possibilitando a consequente concentração de poder contra qualquer um dos corpos inimigos, mantendo os demais corpos bloqueados, muitas vezes até por forças menos poderosas (VIOLANTE, 2015).

Portanto, aquele Estado que obtivesse uma posição central em relação ao adversário teria grande vantagem estratégica. Para isso seria fundamental a existência de grandes navios a fim de que se pudesse obter a superioridade no combate. Para Mahan, caso fosse necessário dividir a esquadra, o grosso dela deveria ser posicionada na costa onde a ameaça fosse mais evidente, assumindo uma postura ofensiva enquanto que o restante da força naval assumiria uma postura mais defensiva (ALMEIDA, 2009).

Podemos concluir que a concentração de forças era o princípio mais importante da guerra no mar, a união da concentração de forças com uma postura ofensiva formaria o conjunto principal em direção ao propósito de obrigar a força naval inimiga a engajar em uma batalha decisiva. Para Mahan, a verdadeira essência da estratégia naval residia na procura da concentração de forças no ponto decisivo do dispositivo inimigo, com todos os esforços voltados para a procura e destruição da esquadra inimiga em um combate decisivo.

2.4 A Esquadra em Potência - *Fleet-in-Being*

Uma esquadra poderosa asseguraria a vitória e o domínio do mar, entretanto, no caso de uma marinha ser inferior a do inimigo, Mahan propunha que a esquadra inferior procurasse se estabelecer utilizando-se de portos e bases bem defendidos, impondo sobre a

esquadra mais forte a tarefa de vigiá-la a fim de impedir qualquer ação ofensiva da mesma. Essa esquadra, mesmo impossibilitada de se fazer ao mar, impediria a esquadra inimiga de possuir o completo domínio do mar. Esse conceito ficou conhecido como esquadra em potência (*fleet-in-being*), sendo um conceito muito utilizado no século XVIII, apesar de relativizado pelo próprio Mahan. (VIOLANTE, 2015).

O conceito geralmente foi utilizado na história pelo poder naval mais fraco, que deste modo evitava o combate naval e ao mesmo tempo mantinha as forças inimigas em estado de prontidão a fim de impedir qualquer ação da esquadra em potência, Mahan aconselhava a manutenção da mobilidade dessa força inferior, de modo a incrementar a sua efetividade, principalmente a fim de se manter como uma ameaça às LCM. Entretanto, para Mahan existia uma crença exagerada na eficácia dessa concepção estratégica e essa postura acabava limitando a ação da força mais fraca e, ao final, a força mais forte prevaleceria.

A ameaça as LCM seria mantida pela utilização da guerra de corso, na qual navios corsários atacariam os navios mercantes impedindo o livre trânsito pelas LCM. Isso ocorreria porque o comércio marítimo sempre foi um grande fator de prosperidade para os Estados com livre acesso ao mar, sendo de fundamental importância defender esse comércio dos inimigos. Portanto, a guerra de corso teria como objetivo atingir os recursos econômicos de um Estado. A predileção francesa por esse tipo de guerra, realizada contra o tráfego marítimo inglês, em especial no século XVIII, estava no fato de ser muito mais barata que o confronto direto contra um inimigo mais poderoso no mar. Entretanto, essa postura para Mahan era um erro fundamental, pois ele não acreditava na eficácia da guerra de corso contra o comércio inglês, bem como demonstrava ser o recurso típico de um poder marítimo mais fraco que nessa postura estaria abdicando da disputa pelo controle do mar (ALMEIDA, 2009).

Uma concepção mais apropriada, segundo Mahan, seria o bloqueio marítimo utilizado para estrangular o comércio marítimo inimigo. O bloqueio aos portos inimigos

permitiria que o tráfego comercial fosse interrompido e que a força naval adversária ficasse encurralada, sem possibilidade de intervir. A única possibilidade disponível ao inimigo seria fazer-se ao mar e enfrentar a força bloqueadora. No entanto, é interessante perceber que Mahan também não era um entusiasta do bloqueio marítimo, pois considerava um desperdício de navios de linha, e, também, um desperdício de recursos, se fossem construídos outros navios, que não os de linha para realizá-lo (VIOLANTE 2015).

Mahan também reconhecia a necessidade do Estado possuir bases navais próximas as áreas de operação, e, portanto, espalhadas pelo mundo, que pudessem prolongar o tempo de operação tão extenso quanto possível da força naval, tendo em vista que os navios precisam de manutenção, combustível e suprimentos para manter o seu potencial de combate. Mahan considerava que, como a concessão dessas bases por outros governos não era garantida, mesmo para Estados aliados, estes deveriam estabelecer colônias ou, bases navais, em locais considerados estrategicamente relevantes. Desse modo, Mahan, ao afirmar a necessidade de uma rede de bases navais pelo mundo, estabeleceu mais uma forte ligação entre os interesses nacionais e a edificação do poder marítimo, como instrumento político essencial à satisfação desses interesses (RIBEIRO, 2010).

2.5 Aspectos Geopolíticos da Teoria de Mahan

A seguir serão analisados os elementos geopolíticos da teoria de Mahan (1890), representados por seis condições principais que afetariam o poder marítimo, definindo a predisposição de um Estado ao desenvolvimento do poder marítimo:

- a) Posição Geográfica: A posição de um Estado na massa global modificaria o estímulo natural ao seu desenvolvimento marítimo. Mahan citou a importância

dos Estados insulares, daqueles que possuíssem duas costas e os que fossem bem posicionados com relação às rotas comerciais e Estados rivais;

- b) **Conformação Física:** As condições internas da geografia de um Estado influenciariam o seu poder marítimo, podendo incentivar ou dificultar o seu desenvolvimento. Os três fatores apontados por Mahan foram: 1º) as reentrâncias da costa (baías e portos naturais) que possibilitariam a construção de bons fundeadouros, portos abrigados e bases navais; 2º) a geografia “agradável” versus geografia “desafiadora”, fazendo uma comparação entre a França e o Reino Unido (RU), este último que teria acesso fácil ao mar a partir do interior, enquanto a França, apesar de possuir bons portos no Atlântico e no Mediterrâneo, possuía no caminho Gibraltar, sob o controle do RU, praticamente obrigando-a a dividir sua esquadra; e 3º) a importância da unidade territorial. Estados com vários territórios ultramarinos como colônias, arquipélagos e ilhas seriam mais estimulados a desenvolver seu poder marítimo a fim de proteger seus interesses;
- c) **Extensão Territorial:** Uma grande extensão da costa poderia dificultar o desenvolvimento do poder marítimo. A extensão do território deveria ser equiparada ao tamanho da população, caso contrário, uma população pequena, mesmo que preparada, minaria a capacidade de seu poder naval;
- d) **Tamanho da População:** Uma população maior terá uma população marítima maior (no sentido econômico e militar) e, além disso, uma reserva maior para suprir baixas causadas em uma guerra. Adicionalmente, uma população maior possibilita uma produção maior de artigos navais como navios e peças;
- e) **Caráter da População:** Tem grande influência na quantidade e no valor dos homens dedicados às atividades marítimas, podendo convergir para a

concretização do desenvolvimento dos Estados, estimular a tendência ao comércio e até lançar os povos em ações de conquista. A tendência ao comércio, envolvendo necessariamente a produção de algo com o qual negociar, é a característica nacional mais importante para o desenvolvimento do poder marítimo; e

- f) **Caráter do Governo:** Neste aspecto o Estado deveria se preocupar em desenvolver nos homens públicos e estadistas uma mentalidade marítima, desenvolvendo capacidades a fim de atender aos interesses nacionais, direcionando o esforço político e fomentando o poder naval, que passaria a ser a principal preocupação do governo. Em tempos de paz, isso significaria o desenvolvimento econômico (principalmente da indústria naval), a construção de portos, bases navais, entrepostos comerciais, e uma marinha de guerra capaz, que pudesse fazer frente a qualquer inimigo. Em tempos de guerra, a rápida implantação de mais navios e marinheiros seria suficiente, já que o poder naval já estaria pronto.

Concluimos que tais elementos do poder marítimo de Mahan determinam se um Estado possui os critérios para se tornar uma potência marítima. A localização, a geografia física e as características da economia são elementos que um Estado pode naturalmente possuir, mas o caráter do governo necessita ser desenvolvido e será importante na posterior análise e comparação com o desenvolvimento da estratégia marítima da RPC.

2.6 A Importância do Uso do Mar na Atualidade

Até meados do século XIX, havia uma preponderância mundial acerca do papel

das forças terrestres. Este quadro foi progressivamente se alterando com o desenvolvimento do poder marítimo dos EUA e do Japão. Posteriormente, após a 1ªGM os movimentos de emancipação colonial, o surgimento de novos Estados industriais e, por fim, a atual ascensão da China encarregou-se de completar a mudança (FAVREL, 2019). Hoje temos um mundo cada vez mais multipolar, onde se destaca a ascensão chinesa, principalmente no que se refere ao seu desenvolvimento industrial, com especial ênfase para a indústria naval (FIG. 1).

Podemos concluir que a capacidade de dispor sobre o uso do mar determina o futuro de uma potência hegemônica, e que existem algumas condições necessárias que definem se um Estado tem a predisposição para desenvolver o poder marítimo, os elementos do poder marítimo de Mahan, ou se eles precisam ser conquistados ou ampliados. O desenvolvimento do poder marítimo é crucial para um Estado se tornar uma potência hegemônica com capacidade de exercer influência em nível mundial devido à preponderância do mar no que tange à capacidade de projeção global do poder militar e da política.

Hoje, os oceanos são rota de aproximadamente 80% do comércio mundial. O volume total de comércio marítimo atingiu 11 bilhões de toneladas em 2018. Mais da metade do comércio marítimo mundial atravessa o Estreito de Malaca, juntamente com metade do gás natural liquefeito do mundo e um terço de seu petróleo bruto (UNCTAD, 2019). Revelando a importância de somente um dentre os vários estreitos marítimos espalhados pelos oceanos, o que nos leva a concluir que os oceanos são decisivos para o comércio mundial, e, portanto, não são menos para a guerra.

3 AS TENSÕES NO MAR DO SUL DA CHINA

O Mar do Sul da China (MSC) possui grande relevância com relação aos recursos energéticos (gás e petróleo), pesca e como Linha de Comunicação Marítima (LCM); transformando-se em foco de tensões entre governos que possuem interesses econômicos e geopolíticos nesse mar, e, ao que podemos observar, vem se tornando no primeiro lugar em que a ambição chinesa se confronta com a determinação estratégica dos EUA.

Historicamente, as embarcações têm navegado pelo MSC a pelo menos dois mil anos, vindas de diferentes Estados e dinastias e com diversos destinos. Por centenas de anos, o comércio na região foi dominado por cidades portuárias chinesas. Entretanto, nos períodos em que o Império Chinês voltava sua atenção para a “rota da seda”, ou se envolvia em guerras, o MSC ficava livre para ser controlado por outros reinos (GUNGWU⁸, 1998 *apud* FAKHOURY, 2019).

Hoje, existe uma disputa de soberania sobre diversas ilhas, recifes e até mesmo sobre o espaço marítimo no MSC, os Estados utilizam sustentações diversas para suas reivindicações. A China em especial tem por base descobertas arqueológicas e documentos antigos, adotando como posição oficial os direitos históricos sobre a região, pois argumenta que a presença e as atividades dos chineses no MSC remontam a mais de dois mil anos. A China teria sido a primeira a descobrir, nomear e se dedicar à exploração e ao aproveitamento das ilhas localizadas no MSC, além de ter sido a primeira a exercer soberania e jurisdição sobre elas de forma contínua, pacífica e eficaz (FAKHOURY, 2019).

Apesar de terem ocorrido recentes descobertas arqueológicas de objetos da cultura chinesa e vietnamita nas águas do MSC, é difícil conceber direitos históricos utilizando estes achados como argumento, tendo em vista que, mesmo tais objetos sendo de estilo chinês ou

⁸ GUNGWU, Wang. *The Nanhai Trade: The Early History of Chinese Trade in the South China Sea*. Singapore: Times Academic Press, 1998.

vietnamita, seus portadores à época não necessariamente representavam os Estados modernos da China ou do Vietnã. Não há evidências arqueológicas de que qualquer navio chinês tenha feito viagens comerciais através do Mar do Sul da China até o século X, o que parece minar muitas afirmações chinesas. É mais provável que os antigos habitantes, do que hoje é o sul da China, tenham se desenvolvido gerenciando o comércio marítimo do que efetivamente navegando aquelas águas (HAYTON, 2014).

De 1942 a 1945, o MSC foi dominado pelo império japonês, no único período da história em que uma única potência controlou todos os Estados circundantes. Ao ser derrotado na 2ª GM (1939-1945), o Japão tentou garantir de forma documental a independência dos territórios ocupados da Indonésia, Vietnã, Camboja e Laos. Entretanto, parte deles eram colônias do Reino Unido, França e Holanda, e retornaram à essa condição no fim do conflito. Durante o período da Guerra Fria (1947-1989), devido aos movimentos de independência na região, o MSC foi patrulado por embarcações francesas, estadunidenses e britânicas, a fim de prevenir sua utilização para o abastecimento de guerrilhas que lutavam ao lado do bloco comunista. Com a Guerra do Vietnã (1955-1975), a presença naval francesa e britânica se encerrou, e os EUA se estabeleceram como única potência naval a patrulhar as águas da região. (MURFETT⁹, 1999 *apud* FAKHOURY, 2019).

É importante observar que logo após o fim da 2ª GM, nenhuma das ilhas Paracel ou Spratly eram ocupadas ou controladas por algum Estado, entretanto, 50 anos depois quase todas elas eram. Não houve uma única batalha pelo controle, nem a transição foi lenta e constante, houve episódios intensos em 1946, 1956, 1970, 1988 e 1995, quando ações de um Estado geralmente desencadeavam reações de outro, cada vez utilizando uma visão particular de legitimidade nacionalista, vantagem estratégica ou recompensa econômica, para justificar a ocupação, mas nenhuma produzia os resultados definitivos esperados (HAYTON, 2019).

⁹ MURFETT, Malcolm H. *Between Two Oceans: A Military History of Singapore from the First Settlement to Final British Withdrawal*. Singapura: Times Academic Press, 1999.

Podemos concluir que o número de Estados que declaram ter soberania sobre a região, a partilha das reservas de recursos naturais e a complexidade em acomodar as diversas disputas serão grandes óbices para a resolução do problema. Naturalmente, o envolvimento da superpotência estadunidense recrudesce a complexidade da questão. Dessa forma, a ascensão da RPC no cenário internacional passa pelo desafio de saber conduzir tais litígios, que, por extensão, são essenciais para sua integridade territorial, integração regional, economia e comércio exterior.

3.1 A Geopolítica do Mar do Sul da China

O Mar do Sul da China é um mar semifechado, circundado ao norte pela China e Taiwan, ao leste pelas Filipinas, a oeste pelo Vietnã e ao sul por Brunei, Indonésia e Malásia, com acessos principais pelo estreito de Málaca e pelo estreito de Taiwan.

O crescente poder naval chinês está mudando o equilíbrio militar na Ásia, que repousou por muito tempo no equilíbrio estratégico de poder entre os Estados Unidos da América, Japão, Rússia (antiga URSS) e China. O poder continental sino-russo dominou a massa terrestre asiática, enquanto o poder marítimo dos Estados Unidos da América e do Japão garantiram a liberdade de navegação no litoral asiático. Nenhum dos lados possuía capacidade suficiente de projetar poder para dominar o outro (KOTANI, 2013).

Entretanto, ao se voltar para o mar, fruto de seu processo crescente de desenvolvimento, a China percebeu uma importante limitação geográfica para sua defesa, ela se viu contida dentro do MSC, tendo a necessidade de controlar aquela área marítima a fim de garantir a sua segurança e unidade territorial, pois a região é cercada por governos que não são seus aliados ou a enxergam com receio e desconfiança. O comportamento assertivo da

China em direção ao domínio daquela região, com o desenvolvimento de capacidades robustas de A2/AD, está agora se chocando com os interesses dos EUA, o qual tem vários aliados no litoral asiático como Japão, Taiwan e Filipinas e precisa demonstrar sua hegemonia.

No MSC existem dois disputados complexos de ilhas. O primeiro, chamado de Ilhas Spratly localiza-se mais ao sul, e é reivindicado pela China, Taiwan, Filipinas, Brunei, Malásia e Vietnã, enquanto que as Ilhas Paracel, localizadas ao norte, são disputadas principalmente pela China e Vietnã. A China reivindica aquele mar em quase toda a sua totalidade a partir de um traçado chamado comumente de *Nine-Dash Line*¹⁰ ou linha dos nove traços (FIG. 2), que ultrapassa as 12 milhas náuticas estabelecidas pela CNUDM, se estendendo também sobre o Recife de Scarborough e Ilhas Natuna, e se baseia tanto em antigos registros históricos feitos por pescadores quanto na ocupação militar de algumas das ilhas (FIG. 3). O Vietnã também possui um conflito com a China referente à sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE), alega que desde o século XVII estaria “enviando homens e navios” às ilhas, sendo portanto, partes vitais de sua economia e do projeto de expansão de sua indústria pesqueira (PEDROSO, 2014).

A Malásia, por sua vez, reivindica que as ilhas Spratly encontram-se dentro de sua ZEE, conforme a CNUDM, e, portanto, devem ser consideradas parte integrante de seu território. Brunei e Indonésia demandam porções no MSC para propósitos econômicos, recursos energéticos e pesca, sendo que Brunei tem seu pleito sobre o atol Louisa, e a Indonésia sobre as ilhas Natuna, uma região rica em campos de gás natural.

Os recursos energéticos do MSC é outro fator de relevância. Embora seja impreciso determinar a quantidade exata de petróleo e gás natural nas camadas marinhas daquele mar, devido à falta de infraestrutura de exploração na região e das disputas

¹⁰ Termo na língua inglesa: *Nine-Dash Line*, representando as pretensões de soberania sobre o Mar do Sul da China (McDEVITT, 2014).

territoriais, estima-se que a região contenha, entre reservas comprovadas e prováveis, cerca de 5.4 trilhões de metros cúbicos em reservas de gás natural, assim como 11 bilhões de barris de petróleo (EIA, 2013).

O MSC também possui grande importância estratégica devido ao seu intenso fluxo comercial, mais da metade da frota mercante mundial passa anualmente pelos estreitos de Málaca, Lombok e Sunda. Quase um terço do petróleo cru mundial e mais da metade da produção global de gás natural liquefeito, também passam por aquele mar, fazendo desta uma das mais importantes LCM do mundo. (FAKHOURY, 2019)

Desse modo, podemos concluir que o Mar do Sul da China é uma região estratégica, não só em âmbito regional, mas também em nível global, a medida que combina uma das mais movimentadas LCM do mundo, grandes reservas de petróleo e gás natural e porções de território com soberania ainda sob contestação.

3.2 A Militarização das Ilhas do Mar do Sul da China

O MSC pode ser considerado o portão de entrada para os Estados do sudeste asiático, devido a sua importância como LCM, sendo para a China um desafio geopolítico, ao se ver enclausurada por aquele mar, necessitando exercer soberania e domínio sobre ele, evidenciando também a sua importância militar, e ao que parece a China vem tentando exercê-la criando a sua própria “versão marítima da muralha da China”.

Em 2012 a China anunciou planos formais para estabelecer guarnições de forças militares especificamente para o MSC (BLANCHARD *et al*, 2012). Naquele ano, a RPC reiterou sua legitimidade de direito de movimento e soberania sobre a região, e desde então vem expandindo substancialmente sua capacidade de monitorar e projetar poder no MSC

inclusive por meio da criação de ilhas artificiais e da construção de bases militares em postos avançados nas disputadas Ilhas Spratly e Paracel.

As principais instalações militares criadas pela RPC naquele mar estão localizadas nas Ilhas Woody, Recife Fiery Cross, Recife Mischief e Recife Subi (FIG. 4 a 7), com uma clara finalidade de emprego de estratégias A2/AD (FIG. 8). Diversas ilhas e recifes foram ampliadas por aterramento e dragagem criando ilhas artificiais onde foram instalados radares de comunicações, pistas de pouso, hangares para acomodar aeronaves de combate, atracadouros e instalações de sistemas móveis de mísseis superfície-ar e antinavio de cruzeiro. Com o objetivo de criar linhas de defesa em camadas e impedir que forças inimigas se aproximem de seu território.

Em 2013, as Filipinas apresentaram à ONU uma Notificação Legal e uma Declaração de Reivindicação contra o governo chinês para o estabelecimento de um tribunal arbitral sob a jurisdição da UNCLOS. A China rejeitou as reivindicações e se negou a participar do tribunal arbitral, mesmo sem a participação desse Estado o tribunal foi formado em abril do mesmo ano com cinco membros. O resultado do julgamento do litígio entre as Filipinas e a China foi anunciado em 2016, pelo qual a Corte Permanente de Arbitragem rejeitou as reivindicações históricas chinesas representadas pelas “Linhas de nove traços”, por não possuírem base legal. (PCA, 2016) A China rejeitou o julgamento, declarando-o nulo. Desde então os EUA têm aumentado a quantidade de operações de garantia da liberdade de Navegação na Região (FONOPs¹¹).

¹¹ Sigla na língua inglesa: *Freedom of Navigation Operations -FONOPs*

4 O DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA NAVAL DA RPC

As reformas econômicas e políticas implementadas pela RPC a partir da década de 1970 trouxeram o Estado ao patamar de segunda maior economia do mundo no início do século XXI e à maior, quando medida em paridade de poder de compra em 2017, com 19,6 trilhões de dólares contra 19.5 trilhões dos EUA (WORLD BANK, 2020).

Neste capítulo analisaremos a evolução da estratégia da RPC como uma estratégia naval contemporânea, resultado de seu desenvolvimento marítimo, a fim de entender a sua evolução e os motivos pelos quais ela se altera. Nesse contexto, devemos primeiramente definir o conceito de estratégia, e para isso utilizaremos o conceito de Harry Richard Yarger, professor do Departamento de Segurança Nacional e Estratégia do *U.S Army War College*. Segundo Yarger (2008):

A estratégia é melhor entendida como a arte e a ciência de desenvolver e usar os poderes políticos, econômicos, sócio psicológicos e militares do estado, de acordo com a orientação política para criar efeitos que protegem ou promovem os interesses do estado no ambiente estratégico. O ambiente estratégico é o domínio em que a liderança nacional interage com outros estados ou atores e as possibilidades do futuro para promover o bem-estar do estado. Assim, a estratégia é um processo de pensamento disciplinado que procura aplicar um grau de racionalidade e linearidade a um ambiente que pode ou não ser racional e linear, a fim de obter um planejamento eficaz que possa ser realizado. A estratégia faz isso identificando fins (objetivos), métodos (conceitos) e meios (recursos) que, quando realizados, levam a efeitos favoráveis em relação ao bem-estar do Estado. Explica aos planejadores o que deve ser realizado e estabelece os limites de como deve ser realizado e os recursos a serem disponibilizados. (YARGER, 2008, p. 53, tradução do autor¹²).

Portanto, podemos depreender que os fins ilustram “o que” deve ser realizado, os métodos explicam “como” os fins devem ser realizados a partir do emprego dos recursos, e os meios explicam “quais recursos” devem ser utilizados na aplicação do método a fim de atingir os objetivos políticos.

¹²No original: “*Strategy is best understood as the art and science of developing and using the political, economic, socio-psychological, and military powers of the state in accordance with policy guidance to create effects that protect or advance the state’s interests in the strategic environment. The strategic environment is the realm in which the national leadership interacts with other states or actors and the possibilities of the future to advance the well-being of the state. Thus, strategy is a disciplined thought process that seeks to apply a degree of rationality and linearity to an environment that may or may not be either, so that effective planning can be accomplished. Strategy does this by identifying strategic ends (objectives), ways (concepts) and means (resources) that when accomplished lead to favorable effects in regard to the state’s well-being.*”

4.1 A Evolução da Estratégia da RPC

Primeiramente vamos analisar a evolução estratégica. Uma grande mudança na estratégia militar de um Estado ocorre quando a adoção de uma nova estratégia leva uma força armada a alterar a forma como ela se prepara para conduzir operações e fazer guerra, exigindo o desenvolvimento de capacidades que ainda não possui para realizar atividades que atualmente não consegue. Isso distingue uma mudança importante de uma alteração menor ou de uma adaptação incremental da estratégia, na qual uma estratégia existente é aprimorada ou refinada, mas não exige uma mudança organizacional substancial. A estratégia conecta os meios com os métodos e os fins, descrevendo quais forças são necessárias e a maneira como elas serão usadas, ela então molda todos os aspectos do desenvolvimento da força, incluindo a doutrina operacional, estrutura da força e o treinamento (FAVREL, 2019).

Nos eventos históricos de sua fundação, a Longa Marcha¹³, a Segunda Guerra Sino-Japonesa (1930-1940)¹⁴ e a Guerra Civil¹⁵, a China comunista sempre utilizou-se do objetivo estratégico defensivo empregando operações e táticas ofensivas, constituindo o conceito militar estratégico básico implantado por Mao Tsé-tung (1893-1976) chamado de defesa ativa. O conceito de Mao foi posteriormente transportado para a PLAN sobre a nomenclatura de defesa ativa *offshore*, conforme analisaremos como “defesa ativa”.

Desde 1949, a China adotou nove estratégias militares nacionais, também conhecidas pelos chineses como “diretrizes estratégicas” (*zhanlue fangzhen*). Essas diretrizes

¹³O aumento da repressão aos comunistas chineses colocou-os em situação de risco, os quais, para evitar a total aniquilação do movimento, optaram por se refugiar em zonas do interior. Essa fuga ficou conhecida como a Longa Marcha, que aconteceu entre 1934 e 1935, quando os comunistas percorreram aproximadamente 10 mil quilômetros, saindo das regiões de Jiangxi e Fujian para se estabelecer em Yanan (SILVA, 2019).

¹⁴A Segunda Guerra sino-japonesa foi um conflito entre China e Japão iniciado em 1937 a partir do Incidente da Ponte Marco Polo e se estendeu até 1945, foi marcada pela brutalidade do exército japonês que voltava-se violenta e indiscriminadamente contra civis e militares (SILVA, 2019).

¹⁵A Guerra Civil Chinesa durou 22 anos, de 1927, ano em que houve o massacre de milhares de comunistas em Xangai pelo partido de cunho nacionalista chamado de Kuomintang, até o ano de 1949, quando foi fundada a República Popular da China (SILVA, 2019).

fornece orientação oficial da Comissão Militar Central (CMC) e do Partido Comunista Chinês (PCC) para a doutrina operacional, estrutura de forças e treinamento do PLA. As diretrizes adotadas em 1956, 1980 e 1993 marcaram esforços para mudar a estratégia militar do PLA, a fim de chegar ao que hoje é definido como defesa ativa (FAVREL, 2019).

Como conceito estratégico, a defesa ativa “*active defense*” fornece orientação sobre como conduzir operações quando se enfrenta um inimigo superior, numericamente ou tecnologicamente e, portanto, assumindo uma postura estratégica defensiva. O principal desafio nessas condições é como preservar as forças e como ganhar gradualmente a iniciativa e assumir a ofensiva, oferecendo uma visão de como superar a fraqueza.

Dessa maneira, a defesa ativa, definida como “esperar o inimigo atacar e depois contra-atacar” formava o princípio em que o combate deveria ser realizado ao enfrentar um oponente mais forte e mais poderoso. Essas foram as condições que a China enfrentou após 1949, quando os EUA e a ex-URSS foram seus principais adversários (FAVREL, 2019).

O PLA hoje define defesa ativa como sendo a utilização de ações ofensivas proativas para se defender contra o inimigo atacante (RPC, 2019). A definição do PLA observa ainda que a defesa ativa geralmente combina operações ofensivas nas linhas externas como parte da defesa avançada das linhas interiores.

A ênfase contínua na defesa ativa contém várias implicações sobre como entender a abordagem chinesa da estratégia militar. A primeira é a crença de que os objetivos para os quais a China se prepara para usar a força são defensivos, como a defesa contra invasões ou a defesa do que a China vê como reivindicações territoriais de longa data em disputas com estados vizinhos. A segunda é a suposição implícita de que a China é a força mais fraca e, portanto, mais vulnerável, o que incentiva o uso de ações ofensivas para alcançar objetivos defensivos. A terceira é que a China não será a primeira a atacar, mas se concentrará no contra-ataque quando ocorrer um ataque à China (FAVREL, 2019).

Os EUA identificam a estratégia de defesa ativa e o plano de modernização militar da China como sendo o desenvolvimento de capacidades A2/AD para realizar ataques de longo alcance contra adversários e forças que possam operar dentro do Oceano Pacífico ocidental (DOD, 2019).

Desde a década de 1970, a China tem discutido sobre o tema em seus pronunciamentos e documentos oficiais. Em 13 de janeiro de 1993, o Secretário Geral do Partido Comunista Chinês (PCC) e o líder da Comissão Militar Central (CMC), naquele momento, lançaram as bases para uma nova estratégia militar, a qual guiou os esforços de modernização do PLA, o foco principal foi a modernização contínua e sustentável principalmente da PLAN. O resultado foi o impulso de modernização militar que tornou a China o terceiro maior poderio naval do mundo na atualidade. O alto escalão chinês dentro do PCC e da CMC tomaram duas decisões cruciais, as quais definiriam o seu processo de modernização militar: 1) revisar a evolução prévia da segurança chinesa, e; 2) reconhecer a natureza em mutação dos conflitos modernos (MALAFAIA, 2015).

Os analistas chineses reconheceram a mudança na conjuntura e na estrutura política mundial a partir do resultado do fim da Guerra Fria, que apresentava duas características: 1) a redução do risco de conflito entre a China e uma outra grande potência; e 2) o aumento dos desafios e dos riscos para a segurança chinesa provenientes de sua periferia imediata, o que incluía Taiwan. A China também previu que uma ordem multipolar surgiria em seguida, entretanto, o mundo pós-soviético era um mundo unipolar. A Guerra do Golfo de 1991, facilmente vencida pelos EUA e forças aliadas, impressionaram os altos escalões político-militares da China. Mais do que isso, as capacidades mostradas, principalmente pelas forças estadunidenses, deixaram preocupados os líderes do PLA. Eles perceberam que as forças chinesas não estavam preparadas para os conflitos do fim do século XX, altamente dependentes de tecnologia de ponta, de fluxo de informações constante, e de comunicações

altamente eficientes. Essas capacidades seriam ainda mais necessárias nos conflitos que se seguiram e não incorporá-las deixaria a China atrasada (MALAFAIA, 2015).

É importante observar nesse ponto do estudo como a estratégia da China foi se alterando ao longo do tempo, principalmente motivada pela adequação às mudanças externas da estratégia militar, intimamente relacionada às ameaças imediatas, ou seja, foram as avaliações da estratégia militar de um oponente que motivaram a evolução da estratégia militar da China, sempre adotando uma nova estratégia em resposta a uma mudança nos planos de guerra, criação de novas missões ou objetivos do adversário.

Embora essas ideias tenham caracterizado a maior parte do desenvolvimento estratégico militar da China principalmente a partir de 1980, as mudanças no poder militar material da China na última década levantam sérias questões sobre o significado da defesa ativa no futuro, isso porque a China já não deve estar mais em posição de inferioridade material ou tecnológica em um futuro próximo.

4.2 A Capacidade de Projeção de Poder

A partir da análise da evolução da estratégia naval da RPC, feita no item anterior, fica evidente os objetivos da China em aumentar sua capacidade de projeção de poder, indubitavelmente relevante no quadro político estratégico atual. É, pois, oportuno que antes de iniciarmos nosso estudo sobre a estratégia contemporânea da RPC façamos uma análise do atual poder naval hegemônico que impele a China a desenvolver sua estratégia e sua capacidade de projeção de poder.

Desde a 2ª GM a marinha dos EUA atua hegemonicamente nos oceanos do mundo, mesmo durante a Guerra Fria, a marinha da antiga União das Repúblicas Socialistas

Soviéticas (URSS) não era preparada para a projeção de poder, sendo sua principal estratégia a proteção de seu território. A hegemonia da marinha estadunidense como coluna vertebral das operações militares no mundo é indiscutível. Um dos principais fundamentos do poder militar dos EUA tem sido a sua capacidade de projeção de poder sobre praticamente qualquer teatro de operações no globo, sem enfrentar oposição (TILL, 2004).

Esse conceito, conhecido como “Comando dos Comuns”, exprime a possibilidade de empregar suas forças sobre áreas que não estão sobre uma jurisdição estatal e que fornecem acesso e passagem à maior parte do globo: ar, mar e espaço. Os 11 navios-aeródromos estadunidenses distribuídos em comandos pelo mundo, aliados a uma enorme frota de submarinos nucleares e satélites em grande quantidade, seriam os principais fornecedores dessa capacidade (POSEN, 2003). Entretanto, como o poder militar estadunidense não é onipresente, a sua única opção é demonstrar, por meio de frequentes exhibições de poder militar, que ele pode ir a qualquer lugar, em qualquer tempo e causar grandes danos. Isso significa dispor de um vasto poder militar atuando constantemente no mar, no ar, no espaço e no ciberespaço, onde poucas nações detém capacidade de negação, e, além disso, ter a capacidade de ameaçar, ou negar, o seu uso pelos outros Estados de maneira crível (MACHADO, 2015).

O Estado detentor do “Comando dos Comuns” poderia rapidamente deslocar tropas, suprimentos, conduzir operações de inteligência e manobras de apoio de fogo. Além de poder negar o uso dos “comuns” a qualquer nação beligerante, bloqueando o envio de tropas aliadas, armamentos, iniciativas de inteligência a partir de satélites e interromper os fluxos comerciais de importações e exportações debilitando sua economia (POSEN, 2003). O comando do mar, um dos “comuns”, permite que os EUA mantenham forças posicionadas em áreas politicamente sensíveis, implicando em uma relevante vantagem para a realização de

alianças com outros Estados, e, além da capacidade de poder reforçá-las rapidamente, sendo um importante fator de poder dissuasório.

4.3 A Estratégia A2/AD e a Modernização Militar da China

O acrônimo A2/AD (*Anti-Access e Area Denial*) é baseado na combinação de dois conceitos: Antiacesso e Negação de Área. O conceito de Antiacesso (A2) se refere às ações e capacidades de longo alcance que buscam impedir que as forças do oponente entrem na área de operações. Já o conceito de Negação de Área (AD) é caracterizado pelas capacidades e ações de curto alcance que visam limitar a liberdade de ação do oponente no teatro de operações. As operações de AD incluem, portanto, ações no ar, em terra, no mar, e sob o mar, para contestar e impedir operações do inimigo em seu espaço defendido. Embora exista essa diferença entre os dois conceitos, eles são fases de uma mesma estratégia (MAGNO *et al*, 2015). O conceito de A2/AD foi elaborado por analistas dos EUA a partir de observações do programa de modernização militar chinês, iniciado em meados da década de 1990.

A marinha da China vem passando por um processo de modernização nos últimos 25 anos, que se intensificou a partir de 2005, proporcionando um incremento significativo do seu poder naval no entorno estratégico do MSC (TAB. 1), dando-lhe também a capacidade de aumentar o número de operações em águas mais distantes, incluindo o Pacífico Ocidental, o Oceano Índico e a Europa, demonstrando vontade política de se tornar uma marinha relevante no cenário internacional. A PLAN é vista como um grande desafio à capacidade da marinha dos EUA de alcançar e manter o controle das áreas oceânicas no Pacífico Ocidental, sendo o primeiro desafio desse tipo que a marinha dos EUA enfrenta desde o final da Guerra Fria (O'ROURKE, 2020).

O esforço de modernização militar da China tem os seguintes objetivos: desenvolver capacidades para enfrentar militarmente a situações de crise no seu entorno estratégico e alcançar um maior grau de controle ou domínio sobre a região marítima próxima à China, particularmente o MSC; para reforçar a visão de que a China tem o direito de regular as atividades militares estrangeiras em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE); defender suas LCM, particularmente as que ligam a China ao Golfo Pérsico; substituir a influência dos EUA no Pacífico Ocidental; e afirmar o seu *status* como a principal potência regional e uma das principais potências mundiais (O'ROURKE, 2020).

Consistente com esses objetivos a China quer que sua marinha seja capaz de agir como parte de uma força estratégica de A2/AD, uma força que pode impedir a intervenção dos EUA ou reduzir a sua eficácia. O desenvolvimento das capacidades militares da China foi pautado por uma estratégia assimétrica, que objetivou compensar a fraqueza de um Estado frente a outro, utilizando uma estratégia naval defensiva, a fim de desabilitar a rede informacional do inimigo enquanto sustenta a sua própria (O'ROURKE, 2020).

Nos documentos oficiais de doutrina da China, embora não haja menção direta aos conceitos de A2/AD, existem conceitos que expressam a ideia central dessa estratégia. A “diretriz estratégica para a nova era”, adotada pela China, estabelece que a sua estratégia militar se adere aos princípios de defesa, autodefesa e resposta a ataques, e adota a “Defesa Ativa” como estratégia (RPC, 2019). Mantém a posição, que já foi evidenciada em edições anteriores do documento, de que “não atacará a menos que seja atacada, mas certamente contra-atacará em caso de agressão”, e ressalta a união entre a estratégia defensiva e a ofensiva nos níveis operacional e tático, conceituada como “Defesa Ativa”.

O objetivo do conceito estratégico é o de garantir a soberania e integridade territorial do Estado, adotando uma defesa em camadas, utilizando-se de meios e métodos distintos em cada camada, a fim de dificultar cada vez mais a aproximação do inimigo ao seu

território defendido, para isso, operando em ambientes de alta tecnologia e informatização. O conceito consta no livro branco de defesa de 2019, divulgado pelo Departamento de Comunicação do Conselho de Estado da RPC, com o objetivo de ajudar a comunidade internacional a entender melhor a sua estratégia de defesa (RPC, 2019). Claramente identificando o conceito chinês de “Defesa Ativa” com o Conceito de A2/AD.

O documento também declara a soberania da China em relação às ilhas do MSC e ilhas Diaoyu, como sendo partes inalienáveis do território chinês, declarando seu direito de construir infraestrutura e implantar as capacidades defensivas necessárias nas ilhas e recifes no MSC, bem como de realizar patrulha nas águas das Ilhas Diaoyu.

Os objetivos de defesa nacional da China, declarados no documento são: impedir e resistir a agressões; salvaguardar a segurança política nacional, a segurança das pessoas e a estabilidade social; opor-se e conter a “independência de Taiwan”; reprimir os defensores de movimentos separatistas, como a "independência do Tibete" e a criação do "Turquistão Oriental"; salvaguardar a soberania nacional, a unidade, a integridade territorial e a segurança; salvaguardar os direitos e interesses marítimos da China; salvaguardar os interesses de segurança da China no espaço, no espectro eletromagnético e no ciberespaço; salvaguardar os interesses estrangeiros da China; e apoiar o desenvolvimento sustentável do Estado (RPC, 2019).

Embora o esforço de modernização naval da China tenha melhorado substancialmente as suas forças navais nos últimos anos, a PLAN tem limitações e fraquezas em certas áreas, que incluem a realização de operações conjuntas com as outras forças militares chinesas, operações de guerra antissubmarina, designação de alvos a longa distância e falta de experiências recente de combate. A fim de reduzir ou superar essas limitações e fraquezas, os programas de construção naval da China, que anteriormente dependiam de fornecedores estrangeiros para vários componentes de navios, atualmente fabrica quase que

todas as armas e sensores utilizados na marinha, inclusive não depende mais da Rússia ou de outros Estados para o fornecimento de quaisquer sistemas de significativa importância para os seus meios navais. À medida que a marinha da China reduz suas fraquezas e limitações, é provável que se torne autossuficiente para realizar uma ampla variedade de missões num futuro próximo (O'ROURKE, 2020).

Dentro da estratégia chinesa de A2/AD se destacam os sistemas de mísseis baseados em terra, que inclusive também foram instalados na primeira cadeia de ilhas do MSC. Dois tipos de mísseis balísticos terrestres com capacidade de atingir navios no mar merecem destaque: o DF-21D, composto por um sistema lançador de míssil balístico móvel antinavio (ASBM)¹⁶, com um alcance de mais de 1.500 quilômetros, capaz de cobrir a primeira cadeia de ilhas do MSC, projetado especificamente para atacar navios-aeródromos, burlando sua defesa ao liberar múltiplos mísseis de reentrada capazes de atingir velocidades de até Mach 10/12, o lançador é montado sobre uma plataforma móvel, o que dificulta a sua localização antes do lançamento; o segundo é o DF-26 míssil de cruzeiro antinavio (ASCM)¹⁷, de múltiplas funções e alcance intermediário (IRBM)¹⁸ até 5.500 quilômetros, capaz de realizar ataque nuclear de precisão contra alvos terrestres e convencional contra alvos navais, podendo atingir até a segunda cadeia de ilhas do MSC (DOD, 2019).

A utilização de tais sistemas de armas (FIG. 9) para desabilitar ou dificultar o uso de sistemas muito mais custosos, como um navio-aeródromo, é um exemplo da ligação estratégica entre os meios, os métodos e os fins, e permite fazer frente às capacidades de um oponente superior dentro de um plano estratégico defensivo, prevendo um confronto que poderia ser travado no entorno de Taiwan ou em defesa de seus interesses no MSC.

Do ponto de vista estadunidense, isso restringe sua capacidade de atuação na

¹⁶Sigla na língua inglesa: *Anti-ship ballistic missile* – ASBM, Míssil balístico capaz de acertar um navio-aeródromo em movimento, disparado a partir de lançadores móveis. O míssil seria dotado de veículos de reentrada manobrável (MaRV) com algum tipo de guiagem terminal (O'ROURKE, 2020).

¹⁷Sigla na língua inglesa: *Anti-Ship Cruise Missile* - ASCM.

¹⁸Sigla na língua inglesa: *Multi-role intermediate range ballistic missile* - IRBM.

região, ameaçando sua capacidade de projeção de poder nesses teatros de operações e seu controle sobre as LCM (KREPINEVICH, 2010). Dessa forma, o controle do mar ou de uma forma mais ampla o “Comando dos Comuns” exercido pelos EUA estaria sendo contestado (POSEN, 2003), colocando em xeque um dos principais fundamentos da hegemonia estadunidense: a projeção de poder militar sobre praticamente qualquer ponto do globo.

A estratégia A2/AD da China também pode ser analisada por meio de dois conceitos da estratégia naval clássica: *Fortress Fleet* e *Fleet-in-Being* (LE MIÈRE, 2012). O conceito de *Fortress Fleet* faz referência a uma esquadra que opera sob a cobertura do suporte de apoio de fogo em terra, como parte das defesas costeiras estáticas (MAHAN, 1911). O conceito de *Fleet-in-Being*, refere-se a uma força naval que se julga inferior, e suas ações visam minar os objetivos de exercer o controle do mar por uma força naval superior, por meio da realização de operações ofensivas limitadas ou apenas pela própria ameaça proveniente da existência dessa força naval, conforme analisaremos em seguida.

4.4 A *Fortress Fleet* Chinesa

Mahan observou o desempenho defensivo da marinha Russa na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905)¹⁹. Os russos mantinham sua esquadra principal passivamente no porto para defender a linha costeira, enquanto a protegia com artilharia de terra. Mahan criticou a mentalidade estratégica defensiva russa por limitar a liberdade de manobra da esquadra e por evitar uma batalha que pudesse resultar em vantagem estratégica (HOLMES, 2010).

¹⁹A Guerra Russo-Japonesa foi um conflito armado ocorrido entre o Império do Japão e o Russo, pela disputando de territórios na Coreia e na Manchúria, no período datado de 1904 a 1905. A guerra aconteceu no nordeste asiático da Rússia e fez com que o regime político do Czar Nicolau II da Rússia fosse extremamente abalado devido a uma série de revoltas envolvendo operários, camponeses, marinheiros e soldados do exército. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/guerra-russo-japonesa/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

A Rússia não foi a única a utilizar essa mentalidade defensiva, a estratégia foi aplicada por diversas potências continentais na história, utilizada tanto estratégica quanto taticamente (CLARK, 1998). Apesar de possuir um litoral de 12.000 km e grandes rios navegáveis que correm para o Pacífico, a China permaneceu por muito tempo como uma força terrestre, enfrentando a pressão constante de exércitos nômades através de suas fronteiras. A fraqueza estratégica da China estava no mar. O conceito de *Fortress Fleet*, portanto, se encaixa na história da China. As missões da PLAN por muito tempo ficaram subordinadas às do exército, conseqüentemente, copiando sua postura estratégica defensiva, aumentando suas fortificações em terra para ajudar a repelir invasões anfíbias. A presença hegemônica dos EUA no litoral asiático obrigou a PLAN, durante os primeiros anos da Guerra Fria, a se desenvolver como uma *Fortress Fleet*, vindo a tornar-se mais assertivo contra as marinhas dos Estados vizinhos apenas a partir da década de 1980, a fim de expandir o seu controle sobre o MSC. Mas permaneceu com a postura de *Fortress Fleet*, a exemplo da crise do estreito de Taiwan 1996²⁰, quando dois *Carrier Strike Groups*²¹ dos EUA foram deslocados para a região a fim de exercer pressão durante o período de tensão. (KOTANI, 2013)

Podemos concluir que o avanço na tecnologia militar tem mudado as implicações da moderna *Fortress Fleet*. Atualmente toda a costa da RPC funciona como uma fortaleza, mísseis e aeronaves baseadas em terra capazes de transportar mísseis de cruzeiro antinavio tem aumentado o alcance e a precisão das defesas costeiras, fornecendo recursos e capacidades ousadas de Negação de Área. Mahan não poderia prever que baterias móveis de mísseis chineses, de alta precisão, e capacidade destrutiva suficiente, poderiam alcançar os

²⁰ A Crise do Estreito de Taiwan de 1995-1996 foi o resultado de uma série de testes com mísseis realizados pela RPC em águas de Taiwan, incluindo o Estreito de Taiwan - entre 21 de julho de 1995 a 23 de março de 1996 (DORNELLES JR., 2007).

²¹ *Carrier Strike Group* (CSG): Grupos de combate nucleados em navios-aeródromos, composto por aproximadamente 7.500 militares, um navio-aeródromo, pelo menos um cruzador, uma flotilha de seis a 10 destróieres e / ou fragatas e uma ala aérea embarcada de 65 a 70 aeronaves. Um CSG é a maior unidade operacional da marinha dos Estados Unidos e corresponde ao principal elemento da capacidade de projeção de poder dos EUA. Disponível em: https://www.public.navy.mil/airfor/cvn69/Pages/CARRIER_STRIKE_GROUP.aspx. Acesso em: 07 jul. 2020.

Carrier Strike Groups a centenas de quilômetros de distância da costa chinesa. Um programa de mísseis ASBM bem-sucedido restringiria enormemente as capacidades ofensivas dos EUA no MSC, minando a credibilidade dos compromissos e alianças de defesa dos EUA na Ásia. As armas antinavio são muito mais baratas que os meios de superfície, tornando-a uma solução extremamente econômica.

4.5 A *Fleet-in-Being* Chinesa

A Esquadra em Potência “*Fleet-in-Being*”, assim como idealizada por Mahan, pressupõe assumir uma postura estratégica defensiva temporária, combinada com operações táticas ofensivas. Uma vez garantida uma posição segura de defesa a esquadra poderia então retomar as ofensivas estratégicas. A esquadra em potência pode ser vista como uma consequência natural da tradição estratégica da China (KOTANI, 2013).

A esquadra em potência é uma estratégia de negação do uso do mar em essência. A esquadra não busca o controle do mar, mas tenta negar o controle de certas áreas ao inimigo pela sua presença e ameaça. Os recursos A2/AD da China, incluindo a enorme força submarina e os mísseis antinavio baseados em terra, são as principais ferramentas para a negação do uso do mar utilizadas, corroborando com o pensamento do historiador naval e geoestrategista Julian Corbett²², um dos pioneiros da teorização do emprego conjunto das forças e do conceito de negação do uso do mar.

Para Corbett o que importava era o uso que se fazia do mar, dessa forma, o comando ou controle do mar obtido pela destruição da esquadra inimiga passa a ser

²²Sir Julian Stafford Corbett (1854-1922), foi um proeminente historiador naval britânico e geoestrategista do final do século XIX e início do século XX, cujas obras ajudaram a moldar as reformas da *Royal Navy* daquela época. Disponível em: <https://encyclopedia2.thefreedictionary.com/Julian+Stafford+Corbett>. Acesso: em: 02 jul. 2020

irrelevante (CORBETT, 1911). Nessa compreensão, o controle do mar passa a ter gradações, como: geral ou local, temporário ou permanente. Para ele, negar o uso do mar a um inimigo é um objetivo natural para qualquer defensor e deve ser considerado um componente integral de qualquer campanha militar. O exemplo é a guerra contra o comércio, normalmente utilizada por uma marinha inferior que não pode competir pelo comando do mar, mas que busca negar ao inimigo o seu livre uso.

Podemos concluir que a necessidade de proteger seus interesses no mar levou a China a desenvolver recursos de projeção de poder os quais não possuía. Em abril de 2017 lançou ao mar seu segundo navio-aeródromo, o primeiro totalmente construído no país, operando aeronaves embarcadas também nacionais. Tal fato é uma demonstração de como está acelerado o processo de modernização do poder naval da China, além disso, a sua esquadra está em expansão, com modernos navios de combate de superfície e navios anfíbios.

Também vem aumentando a sua participação em operações internacionais, em 2008 a PLAN ingressou na operação internacional de combate à pirataria no Golfo de Áden, desde então vem demonstrando melhorar suas capacidades de operar em águas azuis. Também possui um navio hospital que esteve envolvido em programas de ajuda humanitária na América do Sul e na África, demonstrando vontade política de exibir a sua bandeira internacionalmente conforme o modelo da marinha estadunidense.

Entretanto, também podemos observar que, pelo menos a curto e médio prazo, a PLAN continuará sendo inferior às forças navais dos EUA no Pacífico ocidental. Portanto, o conceito de esquadra em potência ainda é uma opção viável para a PLAN, a fim de impedir qualquer agressão por meio da demonstração de suas capacidades de negação do uso do mar. Desde 2010 a PLAN vem aumentando a frequência de realização de exercícios navais de grande escala, principalmente no MSC, às vezes envolvendo as forças dos teatros navais do Mar do Norte, Mar do Leste e Mar do Sul em conjunto (FIG. 10).

A China como esquadra em potência está enfrentando na região um dilema de segurança (LE MIÈRE, 2012). O crescimento da PLAN no litoral asiático, principalmente a sua modernização militar, é vista como uma ameaça pelos outros governos da região, o que obriga esses Estados a se aproximarem dos EUA em busca de alianças. A esquadra em potência pode ser entendida como um método de dissuasão na medida em que inibe um inimigo a optar pela agressão, entretanto a relação entre China e EUA no MSC acaba causando um resultado contrário ao pretendido, com a China tentando se fortalecer e se firmar como potência regional, não querendo que os EUA façam alianças com Estados de seu entorno estratégico ou exerça uma grande presença militar perto de suas fronteiras. Por outro lado, os EUA permanecem tentando diminuir a percepção da redução de seu domínio no mar promovendo a contenção da China. Ao invés de evitar uma corrida armamentista acaba por perpetuar o dilema da segurança na região.

4.6 A contraposição no Pacífico: o conceito de *Air-Sea Battle* e *OffShore Control*

A fim de contrapor aos desafios gerados pela evolução das estratégias A2/AD à hegemonia dos EUA, principalmente as desenvolvidas pela China em seu conceito de defesa ativa, foi desenvolvido pelos EUA o conceito de *Air-Sea Battle* (ASB) (VAN TOL, 2010). Elaborado pelos pesquisadores estadunidenses Jan van Tol e Andrew F. Krepinevich, ambos pesquisadores do *Center for Strategic and Budgetary Assessments* (CSBA)²³. Embora o ASB não seja considerada uma estratégia, pois não conecta meios, métodos e fins aos objetivos, conforme discutiremos a frente, ele é um componente importante da missão estratégica do

²³O Centro de Avaliações Estratégicas e Orçamentárias (CSBA) é um dos principais centros do mundo para entender futuras competições e conflitos internacionais. Desenvolvem conceitos inovadores de defesa com base em recursos, promovendo o debate público e incentivando ações para promover os interesses dos EUA e de seus aliados. Disponível em: <http://csbaonline.org>. Acesso em 02 jul. 2020.

departamento de defesa estadunidense de projetar poder e sustentar operações nos “Comuns Globais” durante tempo de paz ou crises.

O conceito foi desenvolvido pela interpretação de que a ascensão e modernização militar chinesa desafiavam os interesses estadunidenses como potência global, sendo necessário o desenvolvimento de alguma estratégia a fim de garantir a supremacia dos EUA, bem como a segurança de seus aliados. Emergindo, o conceito de ASB (JAFFE, 2012).

O objetivo do ASB é garantir o acesso operacional, caracterizado pela habilidade de projetar poder em uma área fornecendo liberdade suficiente para completar uma missão específica. O conceito se baseia na integração entre a marinha e a força aérea, exercendo forte controle sobre os domínios marítimos, aéreo, do ciberespaço e do espaço. Parte-se do princípio de que um domínio complementaria o outro, combatendo a contestação de um ou mais desses domínios pelo inimigo. Na visão dos EUA essa contestação foi identificada como sendo principalmente as estratégias A2/AD da China (DOD, 2019).

Na prática, essa integração profunda seria uma expansão do C4ISR²⁴ possibilitando uma grande interoperabilidade entre os domínios, não só nas operações combinadas, que se dissolvem logo após a conclusão das missões, mas permanentemente.

Dois testes recentes demonstraram essa interoperabilidade: no primeiro, uma aeronave F-22 da força aérea estadunidense passou a designação de um alvo para um submarino, o qual lançou um míssil Tomahawk; no segundo, um sistema antiaéreo terrestre do exército estadunidense guiou um míssil SM-6²⁵, superfície-ar, da marinha e interceptou um míssil cruzador, demonstrando a capacidade de estender o alcance do sistema AEGIS²⁶ em grande escala (MAGNO *et al*, 2015).

²⁴Sigla na língua inglesa: *Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance* - C4ISR.

²⁵Sigla na língua inglesa: *Standard Missile 6*, também conhecido como *Standard Extended Range Active Missile* (ERAM)

²⁶O Sistema de Combate AEGIS é um sistema integrado de controle de armas navais estadunidense, hoje produzido pela empresa Lockheed Martin. Disponível em: <https://www.lockheedmartin.com/en-us/products/aegis-combat-system.html>. Acesso em: 04 jul. 2020.

Portanto, a solução proposta pelo conceito de ASB para responder a ameaça do A2/AD, visa desenvolver uma rede de integração das forças conjuntas para que sejam capazes de atacar em profundidade a fim de impedir, destruir e derrotar a força adversária, sintetizado no acrônimo NIA-E3 – *Networked Integrated Attack-in-Depth, to Disrupt, Destroy and Defeat* (ASBO, 2013). A integração do NIA-E3 consiste em dispor as forças militares e executar ações a fim de criar uma força conjunta que opere em rede entre os domínios como um todo. Essa força integrada seria mais capacitada a combinar recursos em vários domínios: mar, ar, terra, espaço e ciberespaço. Um ataque integrado e coordenado poderia ser realizado para desabilitar os satélites inimigos e destruir seus sistemas de lançamento de mísseis.

O ataque em profundidade é baseado no efeito em cadeia ou processo adverso de localizar, corrigir, rastrear, designar alvos, engajar e conseguir efetuar uma investida. Envolve ações ofensivas e defensivas, manobras e comando e controle, com o objetivo de impedir, destruir ou derrotar as capacidades de A2/AD de um adversário (ASBO, 2013).

Esse ataque é feito em profundidade tendo em vista que os centros de lançamento de mísseis do inimigo estariam devidamente protegidos e interiorizados em seu território. E devendo ser feitos diversos ataques simultâneos e independentes, partindo de pontos diferentes na região; ou seja, para que se torne operacional, o ASB demanda aliados dos EUA na região do Indo-Pacífico (MAGNO *et al*, 2015).

O termo *Air-Sea Battle*, introduzido em 2010, foi considerado controverso. Embora as autoridades de defesa dos EUA tenham negado que esse conceito seja direcionado a um adversário específico ou confinado a uma região, é óbvio que os principais adversários em mente eram a China (em um cenário de conflito envolvendo Taiwan) e o Irã (em um cenário do Estreito de Ormuz). Portanto, o termo foi substituído em 2015 pelo "*Joint Concept for Access and Maneuver in the Global Commons - JAM-GC*" (GADY, 2015). Apesar da mudança no termo o conceito estratégico permaneceu o mesmo, observa-se como mudança a

necessidade de integração de todas as forças e não somente a marinha e força aérea a fim de manter o domínio dos comuns.

Podemos concluir que, apesar de sua atual hegemonia militar, os EUA ainda não possuem a capacidade operacional e tática para realizar o ASB e subjugar as capacidades A2/AD da China. O desenvolvimento do conceito de ASB para uma estratégia efetiva envolve enormes gastos em defesa, difíceis de serem suportados na atualidade mesmo para uma potência como os EUA. Entretanto, é visível que vem ocorrendo nos últimos anos uma mudança no perfil das forças dos EUA e na realocação de seus meios, principalmente na região do Indo-Pacífico, a exemplo das *FONOPs*, essas modificações tornam o conceito aos poucos mais próximo da realidade e não mais um mero conceito, desprovido de capacidades materiais.

Nesse sentido, buscando elaborar uma estratégia alternativa ao ASB, surgiu o conceito de *Offshore Control* (Controle de Alto-Mar). Proposto pelo Dr. T.X. Hammes, pesquisador do *Institute for National Strategic Studies, da National Defense University*, que afirma que o ASB não é uma estratégia propriamente dita, pois se concentra no emprego tático de sistemas de armas sem uma teoria que implique na consecução dos objetivos estratégicos ou um conceito que vincule a abordagem do ASB à resolução favorável de conflitos, faltando, portanto, conectar os meios, os métodos e os fins.

Hammes (2012) parte do pressuposto de que, mesmo sendo improvável, os EUA devem considerar uma estratégia que envolva um conflito com a China e essa estratégia deve impulsionar a estrutura das forças militares e um plano de aquisição de meios que apoie o conflito específico e expresse como o conflito termina com resultados e termos favoráveis.

Operacionalmente, a ideia do *Offshore Control* é realizar um bloqueio econômico à China, isolando-a na primeira cadeia de ilhas. O bloqueio seria executado por uma combinação de submarinos de ataque, navios de superfície e mísseis antinavio baseados em

terra. Para isso, toma-se como premissa fundamental que a China realizará o primeiro ataque, colocando os EUA em posição defensiva. Entretanto, em vez de buscar atacar o território chinês de maneira preemptiva, como propõe o ASB, se deseja evitar o escalonamento e os ataques diretos. Dessa forma, se pretende desacelerar o desenvolvimento do conflito e desenvolver uma crise de maior duração, em que a economia da RPC seria lentamente exaurida (HAMMES, 2012).

Observa-se que essa estratégia contrapõe o melhor das capacidades estadunidenses à fraqueza da China em projetar poder. Afinal, ela coloca os Estados Unidos da América numa posição defensiva, forçando a China a projetar poder contra o bloqueio. Ao mesmo tempo, evita que os EUA efetuem um ataque ao território chinês, o que implicaria também em uma possibilidade real de escalada nuclear para o conflito.

A fim de realizar o bloqueio naval na primeira cadeia de ilhas do MSC, seria necessário obter o apoio de aliados na região, utilizando-se de duas opções: empregando sistemas mais custosos, como submarinos, e navios de superfície, os quais poucos governos da região atualmente possuem; ou utilizando sistemas mais baratos como mísseis antinavio baseados em terra. Por isso, esse bloqueio é de difícil execução apenas pela marinha dos EUA, mesmo que venha a possuir meios navais suficientes, o que na atualidade ainda não possui (MAGNO *et al*, 2015).

Concluimos que a estratégia mais vantajosa para os EUA, correspondente a que está sendo desenvolvida na atualidade, consiste basicamente no aprofundamento das alianças com os Estados da região e no desenvolvimento de suas capacidades A2/AD, a fim de defender os seus próprios territórios, realizando negação de área, impedindo as embarcações chinesas de transitarem livremente, e negando o acesso aos principais estreitos (Málaga, Sunda, Lombok e Luzon), e talvez desta análise resulte efetivamente uma nova teoria estratégica.

5 COMPARAÇÃO ENTRE A ESTRATÉGIA CLÁSSICA E A CONTEMPORÂNEA

Nesta seção será apresentada a comparação entre a estratégia contemporânea da RPC, especificamente sua estratégia A2/AD, e os conceitos da teoria clássica do Poder Marítimo de Mahan, objetivando responder, pela exposição de seus pontos de similitude e singularidade, se a estratégia contemporânea da RPC traz novas visões para o estudo da estratégia ou são apenas releituras atualizadas da estratégia clássica.

Primeiramente, fica claro que a RPC utilizou os conceitos da Teoria do Poder Marítimo de Mahan para desenvolver seu processo de aprimoramento estratégico naval e modernização. Os desenvolvedores da estratégia chinesa perceberam que o Estado possuía todos os aspectos geopolíticos da teoria de Mahan, necessários para um Estado se tornar uma grande potência marítima e conseqüentemente uma potência no cenário internacional, os aspectos de Posição Geográfica, Configuração Física, Extensão Territorial, Tamanho da População e Caráter da População são fatores históricos importantes que encontram-se presentes até os dias atuais na RPC, talvez um dos pontos que faltava seria o aspecto do Caráter do Governo, em sua capacidade de formar homens públicos em prol de seus interesses nacionais, justamente a chave dos seis aspectos geopolíticos de Mahan, capaz de canalizar a política em direção ao desenvolvimento do poder naval, entretanto este aspecto não passou despercebido pela RPC e corresponde a um dos pontos de desenvolvimento mais acelerados da política e da economia daquele Estado na atualidade.

A partir do final da década de 1990 a RPC voltou os seus olhos para o mar e iniciou uma escalada de desenvolvimento do poder marítimo, dando vitalidade a sua economia. Começou a desenvolver suas Bases nas ilhas artificiais dos arquipélagos de Spratly e Paracels, criando uma primeira barreira de defesa, a fim de permitir que seus navios de

guerra operem em posições estrategicamente mais avançadas ao longo das LCM. Iniciou um processo de modernização naval que lhe propiciou ser atualmente o maior construtor de navios mercantes do mundo, bem como, iniciou a ampliação e modernização de sua frota naval militar, que lhe concedeu o poder de defender seu território, suas bases, seu comércio marítimo e seus interesses, colocando-lhe na posição entre as três maiores marinhas do mundo em 2020, e em acelerado processo de expansão, com dois navios-aeródromos operacionais, um em construção e um quarto com previsão de início de construção em 2021 (HARPER, 2020).

Ao defender sua soberania sobre o MSC, em seu conceito da “Linha de Nove Traços”, a RPC claramente pretende defender e controlar as LCM, principalmente por ser uma das rotas marítimas comerciais mais importantes do mundo, buscando também se libertar do confinamento provocado pela diversidade de estados que cercam aquele mar, e manter a possibilidade de conservar a sua força concentrada frente a ameaças, um dos pontos principais da teoria de Mahan, além de a região ser de suma importância econômica para o seu desenvolvimento e prosperidade.

Fica claro, portanto, que a estratégia desenvolvida pela RPC possui muitos pontos de similaridade com a teoria de Mahan, entretanto também existem singularidades, Mahan não poderia prever o nível atual de desenvolvimento da tecnologia de informação e das armas e mísseis de longa distância, segundo Mahan enquanto que as táticas, usando como instrumentos as armas fabricadas pelo homem, compartilham o desenvolvimento de geração em geração, de tempos em tempos, a sua superestrutura precisa ser alterada ou destruída, mas os antigos fundamentos da estratégia permanecem, como se assentados sobre rocha (MAHAN, 1890). Atualmente o desenvolvimento tecnológico multiplicou as possibilidades de emprego do poder naval e ao integrar-se a estratégia geral está colocando em questão a importância dos grandes grupos de batalha, como exemplo: os mísseis de longa distância; o

desenvolvimento das comunicações; e o conceito de ciberespaço. Mahan também não previu a importância das operações conjuntas e a “guerra” pela obtenção de aliados, que retiraram a importância da necessidade de colônias, um dos pontos da trindade mahaniana.

Também difere quando a estratégia da China assume uma postura defensiva, já que segundo Mahan o mais importante é a ofensiva, entretanto analisando o desenvolvimento da estratégia de Defesa Ativa, identificada como A2/AD, percebe-se que o propósito da RPC seria estabelecer o domínio sobre as águas dentro da primeira cadeia de ilhas, no MSC, e em seguida estenderia sua influência sobre a segunda cadeia de ilhas. Claramente aceitando sua inicial situação de inferioridade em relação à marinha dos EUA e assumindo uma postura defensiva aos moldes de Mahan e seus conceitos de Esquadra em Potência e *Fortress Fleet*, mas com uma estratégia clara de desenvolvimento, que num futuro próximo, tendo em vista a velocidade do avanço chinês, deve ameaçar a hegemonia estadunidense nos mares; ou seja, com o tempo, isso daria à China supremacia sobre as águas do leste da Ásia e a marinha da China se tornaria uma força global com capacidades semelhantes às da marinha dos EUA, e possivelmente desafiando seu domínio do mar, perfeitamente alinhada a teoria de Mahan.

Conclui-se, parcialmente, que o desenvolvimento da estratégia contemporânea da RPC é puramente uma visão moderna e personalizada da Teoria do Poder Marítimo de Mahan, um ponto importante que deve ser observado é que o desenvolvimento estratégico da China historicamente sempre foi motivado por forças exteriores, pela necessidade de se defender a um opositor, sempre foi reativa, ou seja, considerando que os EUA é o maior adversário militar da China, seu desenvolvimento estratégico implicará em uma resposta estratégica da RPC e, portanto, talvez a análise sobre o futuro da estratégia naval deva recair sobre os EUA, e em como este tentará subjugar seu desafiante asiático e manter sua hegemonia no cenário internacional.

6 CONCLUSÃO

O estudo da história nos ensina que os Estados que valorizaram e buscaram o uso do mar alcançaram grande desenvolvimento econômico. Com a República Popular da China não foi diferente. A partir de 1949 com sua consolidação como um governo socialista até o final da década de 1980, o Estado passou por várias transformações e desafios enfrentando adversários principalmente em terra e utilizando basicamente a estratégia de guerra móvel e de guerrilha popular idealizada por Mao Tsé-tung e seu conceito de Defesa Ativa e Guerra Popular, principalmente após a guerra civil (1927-1949), o que resultou em uma busca tardia pela face marítima do poder. Entretanto a China percebeu a importância do mar a partir de seu rápido desenvolvimento econômico, fruto da sua política de socialismo de mercado, que ao desenvolver sua indústria, comércio e economia, a fim de atender seu mercado interno e ao mesmo tempo aumentar suas importações, naturalmente se voltou para o mar aumentando seu comércio marítimo, implementando uma forte indústria mercante e conseqüentemente modernizando seu poder naval.

Dessa forma, a China compreendeu a importância do mar e visualizou a necessidade se tornar uma potência naval. Sua atual estratégia marítima de defesa ativa, entendida como estratégia A2/AD, está em consonância com os interesses políticos e estratégicos mais amplos da RPC, os quais evoluíram ao longo das últimas décadas sob os pressupostos da Teoria do Poder Marítimo de Mahan, em uma perspectiva realista do cenário internacional, seguindo a mudança do posicionamento chinês ao longo dos anos com respeito a ordem mundial, e buscando estabelecer políticas públicas, diplomáticas e militares para alcançar seus objetivos nacionais.

Neste trabalho foi feito um estudo da estratégia naval contemporânea da RPC e a estratégia naval clássica, baseando-se nos pontos mais importantes da Teoria do Poder

Marítimo de Mahan, e a partir da análise por meio do método comparativo foi possível concluir e responder se a estratégia da China corresponde ou não a uma nova visão da estratégia naval moderna, ou se somente é uma nova releitura dos conceitos de Mahan.

É possível concluir que a Teoria do Poder Marítimo de Mahan resulta na espera pelo conflito, uma vez que a prosperidade de um Estado depende do comércio marítimo, que resulta em uma concorrência com o comércio marítimo mundial, derivando na necessidade de prover proteção a este comércio e em consequência ao conflito. A RPC, a partir deste entendimento mahaniano, voltou seus esforços para o poder marítimo e conseqüentemente para a modernização de seu poder naval, a fim de fazer frente a esse novo desafio.

Portanto respondendo a primeira questão proposta, verificou-se que as ideias de Mahan foram fundamentais para o desenvolvimento da estratégia naval da RPC, a partir do entendimento de que a China possuía os elementos da geopolítica de Mahan, quais sejam: Posição Geográfica; Configuração Física; Extensão Territorial, Tamanho da População, Caráter da População e o desenvolvimento do Caráter do Governo, foi possível aos estrategistas da RPC compreender a partir de uma visão totalmente mahaniana qual seria o caminho para o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, a China desenvolveu sua indústria mercante, assumindo a maior parcela da produção de navios mercantes do mundo, aumentou o seu comércio marítimo, sendo um dos maiores importadores e exportadores do mundo a utilizar o modal marítimo, percebeu sua inferioridade de poder naval com relação aos EUA e assumiu uma postura defensiva, com um projeto de domínio sobre a primeira cadeia de ilhas do MSC, onde concentram-se talvez as mais importantes LCM na atualidade, permitindo o exercício da soberania sobre a área marítima e contribuindo para uma defesa mais efetiva de seu território, inclusive com a possibilidade de manter a sua força naval concentrada frente a um inimigo. Entretanto, percebe-se que este não é o fim da estratégia da RPC, ao analisar a existência de

um projeto para avançar seus domínios sobre a segunda cadeia de ilhas, com um programa de desenvolvimento tecnológico de armas e construção de bases de apoio naval no MSC.

Portanto, ao analisar as suas ações de modernização militar naval, percebe-se que este corresponde a apenas um passo em direção a um planejamento muito bem orquestrado em direção ao domínio do mar, o que fatalmente a levará de encontro com a potência estadunidense, sendo estes os vários pontos de similitude entre a estratégia desenvolvida pela RPC e a Teoria do Poder Marítimo de Mahan.

Com relação aos pontos de singularidade, podemos destacar o desenvolvimento tecnológico que multiplicou as possibilidades de emprego do poder naval, o qual Mahan não previu seu alcance, bem como também não previu a importância das operações conjuntas e a importância da obtenção de aliados, que retiraram o valor da necessidade de colônias, um dos pontos da trindade mahaniana.

Respondendo a segunda questão proposta, verificou-se que a estratégia naval contemporânea da RPC se enquadra de forma clara na Teoria do Poder Marítimo de Mahan, correspondendo a uma releitura atualizada e personalizada da mesma, tendo em vista a mudança da política mundial e da evolução tecnológica no decorrer dos anos, o que ressalta a importância e a necessidade do contínuo estudo da teoria de Mahan por se mostrar atual mesmo tendo transcorrido mais de 100 anos após a sua publicação. A China apenas buscou assegurar o cumprimento de objetivos políticos que pudessem salvaguardar e manter a sua ordem política, econômica e institucional, dentre elas a reunificação nacional, o que envolve diretamente o conflito de interesses com Taiwan, e ao se basear nos preceitos de Mahan está naturalmente caminhando a uma disputa pelo domínio do mar.

Nesse ponto de vista, percebe-se que a proteção dos interesses no mar continuará exigindo o desenvolvimento de um Poder Naval que seja capaz de preservar os interesses dos Estados no cenário internacional, bem como que seja capaz de operar de forma conjunta com

as outras forças armadas, e de forma combinada em coalizão com outros Estados.

É importante ressaltar como o estudo da estratégia naval contemporânea da China levou obrigatoriamente ao estudo da estratégia naval dos EUA, principalmente em relação ao MSC, uma vez que a estratégia da RPC foi identificada como defensiva foi necessário se identificar a ameaça, conduzindo o estudo naturalmente aos conceitos de *Air-Sea Battle* e *Offshore Control* desenvolvidos pelos EUA, tendo em vista que todas as ações, não só estratégicas, mas também táticas e operacionais desenvolvidas pela RPC tinham por objetivo fazer frente ao seu adversário estadunidense. Em sua busca pelo desenvolvimento nacional a China foi de encontro a hegemonia dos EUA aumentando as tensões no MSC, criando uma “guerra” pela busca de aliados e empurrando os EUA a uma escalada belicosa e de desenvolvimento estratégico a fim de manter sua hegemonia no domínio do mar.

Portanto, ao se analisar o desenvolvimento da estratégia da RPC no decorrer de sua história, observa-se que suas inflexões foram de forma recorrente dotadas de um caráter reativo, ou seja, sempre procurou responder a um adversário externo, que na atualidade corresponde à potência hegemônica dos EUA. Dessa forma, o desenvolvimento da nova estratégia naval que suplantará as existentes na atualidade, se é que um dia existirá, deverá surgir da evolução da atual estratégia naval dos EUA e de como este responderá aos seus desafiantes, principalmente o asiático.

Por último, cabe destacar que Mahan foi o principal teórico do poder marítimo, e se tornou um modelo até o final da 2ª GM, diversos teóricos surgiram após o desenvolvimento de sua teoria, entretanto todos estudaram os conceitos de Mahan. Suas ideias permanecem e são discutidas até hoje, demonstrando a relevância de suas soluções e evidenciando a importância de seus questionamentos. Por isso a teoria e os conceitos de Mahan devem continuar a ser estudados e comparados, principalmente por aqueles Estados que pretendem desenvolver a próxima estratégia naval nos dias futuros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Francisco E. A. ALFRED THAYER MAHAN E OS PRINCÍPIOS DA ESTRATÉGIA NAVAL (IV) - Parte 2. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 130, n. 01/03, p. 137-154, jan./mar. 2010.

AMTI, Asia Maritime Transparency Initiative, Chinese Power Projection Capabilities in South China Sea, 2020, Disponível em: < <https://amti.csis.org/chinese-power-projection/>>, Occupation and Island Building, 2020, Disponível em: < <https://amti.csis.org/island-tracker/>> and Comparing Aerial and Satellite Images China's Spratly Outposts <Comparing Aerial and Satellite Images of China's Spratly Outposts>. Acesso em: 09 jun. 2020.

ASBO, Air-Sea Battle Office. Air-Sea Battle: Service Collaboration to Address AntiAccess and Area Denial Challenges. 2013. Disponível em: <<http://archive.defense.gov/pubs/ASB-ConceptImplementation-Summary-May-2013.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BLANCHARD, Ben; XU, Wan. REUTERS, China to formally garrison disputed South China Sea. 2012. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-china-sea/china-toformally-garrison-disputed-south-china-sea-idUSBRE86L08B20120722>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. EMA-305. Doutrina Militar Naval. 1 rev. Brasília: 2017.

CLARK, G. Reynolds. Navies in History. Annapolis, Maryland: Naval Institute Press, 1998. 267 p.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de estratégia*. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 760 p.

CORBETT, Julian S. *Principles of Maritime Strategy*. New York: Dover Publications, 1911. 227 p.

CSBA, Center for Strategic and Budgetary Assessments Disponível em: <<http://csbaonline.org>> Acesso em: 02 jul. 2020.

DOD, 2019. Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2019, Annual Report to Congress, Department of Defense of the United States of America. Disponível em: <https://media.defense.gov/2019/May/02/2002127082/-1/-1/1/2019_CHINA_MILITARY_POWER_REPORT.pdf> Acesso em: 28 maio 2020.

DORNELLES JR., Arthur Coelho. A CRISE NO ESTREITO DE TAIWAN (1995-1996) E AS RELAÇÕES ENTRE ESTADOS UNIDOS, CHINA E TAIWAN. *Cena Internacional*, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 57-81, 2007. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/hevila/CENAInternacional/2007/vol9/no1/3.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

EIA. South China Sea. Eia Beta. Washington. 07 fev. 2013. Disponível em: <<https://www.eia.gov/beta/international/regions-topics.cfm?RegionTopicID=SCS>>. Acesso

em: 07 jul. 2020.

FAKHOURY, Renato M. Mendes. Observatório de Conflitos Internacionais. Série Conflitos Internacionais, v. 6, nº 1, 2019. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-6-n.-1-fev.--2019---mar-do-sul-da-china.pdf>> Acesso em: 06 mar. 2020.

FAVREL, M. Taylor, Active Defense: China's Military Strategy since 1949. Princeton Studies in International History and Politics Book. New Jersey, 2019. p 387.

GADY, Franz-Stefan, The Diplomat, 2015, “The Pentagon Just Dropped the Air Sea Battle Name.” Disponível em: <<http://thediplomat.com/2015/01/the-pentagon-just-dropped-the-air-sea-battle-name/>> Acesso em: 20 jun. 2020.

HAMMES, T. X. Offshore Control: A Proposed Strategy for an Unlikely Conflict. Institute for National Strategic Studies, Washington/USA, Strategic Forum ed. 278, p. 1-16, jun. 2012. Disponível em: <https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/stratforum/SF-278.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

HARPER, John. “Eagle vs Dragon: How the U.S. and Chinese Navies Stack Up.” 2020. Disponível em: <http://www.military-today.com/navy/top_10_navies.htm>. Acesso em 05 jul. 2020

HAYTON, Bill. The South China Sea: The Struggle for Power in Asia. New Haven, London, Yale University Press, 2014, 298 p.

HOLMES, James. R. A “Fortress Fleet” for China. The Whitehead Journal of Diplomacy and International Relations 11, 2010. pp. 115-128. Disponível em: <<http://blogs.shu.edu/journalofdiplomacy/archived-issues/science-diplomacy/>> Acesso em: 12 jun. 2020.

JAFFE, Greg. “U.S. model for a future war fans tensions with China and inside Pentagon.” The Washington Post. 01 de Agosto de 2012. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/world/national-security/us-model-for-a-future-war-fans-tensions-with-china-and-inside-pentagon/2012/08/01/gJQAC6F8PX_story.html>. Acesso em 02 de maio 2020.

KOTANI, Tetsuo. China’s Fortress Fleet-in-Being and its Implications for Japan’s Security. Institut français des relations internationales, IFRI Center for Asian Studies, Paris/France, Asie. Visions, n. 62, fev 2013. p. 27. Disponível em: <<https://www.ifri.org/en/publications/enotes/asie-visions/chinas-fortress-fleet-being-and-its-implications-japans-security>>. Acesso em: 21 maio 2020.

KREPINEVICH, Andrew F. Why Air Sea Battle? Washington: Center for Strategic and Budgetary Assesments, 2010. Disponível em: <<http://csbaonline.org/uploads/documents/2010.02.19-Why-AirSea-Battle.pdf>> Acesso em: 02 maio 2020.

LE MIÈRE, Christian. America’s Pivot to East Asia: The Naval Dimension, Survival Global Politics and Strategy, vol. 54 nº. 3. 2012, p. 81-94. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00396338.2012.690984>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

MACHADO, Luís Rodrigo. A Negação do Uso do Mar nas Relações Internacionais: Um estudo preliminar sobre questões teóricas e operacionais. 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2015. Disponível em: <http://www.academia.edu/26906372/A_NEGAÇÃO_DO_USO_DO_MAR_NAS_RELAÇÕES_INTERNACIONAIS_UM_ESTUDO_PRELIMINAR SOBRE_QUESTÕES_TEÓRICAS_E_OPERACIONAIS>. Acesso em: 05 mar. 2020.

MAGNO, Bruno; SIMIONATO, Guilherme; FEDDERSEN, Gustavo; REIS, João; BURMANN, Gabriel: A Resposta Estadunidense ao A2/AD Chinês: O Debate entre Air-Sea Battle e Offshore Control, 2015. Disponível em: <http://www.academia.edu/15109658/A_RESPOSTA_ESTADUNIDENSE_AO_A2_AD_CHINÊS_O_DEBATE_ENTRE_E_AIR-SEA_BATTLE_E_OFFSHORE_CONTROL> Acesso em: 30 mar. 2020.

MAHAN, Alfred Thayer. The Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783. United States of America. Dover Publications, New York., 1890. 557 p.

MAHAN, Alfred Thayer. Naval strategy compared and contrasted with the principles and a practice of military operations on land; lectures delivered at U.S. Naval War College, Newport, R.I., between the years 1887 and 1911. London: Sampson Low, Marston & Co, 1911. 475p.

MAHAN, Alfred T. Mahan on Naval Strategy: Selections from the Writings of Rear Admiral Alfred Thayer Mahan, With an Introduction by John B. Hattendorf. HATTENDORF, John b. (ed.). Annapolis: Naval Institute Press, 1991. 434 p.

MALAFAIA, Thiago. Modernização Militar na RPC: Mudança Doutrinária e Implementação Prática. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, 2015. p. 130-162.

MCDEVITT, Michael. The South China Sea: Assessing U.S. Policy and Options for the Future. Center for Naval Analyses, CNA Occasional Paper, Washington/USA, p. 1-110, nov. 2014. Disponível em: <https://www.cna.org/cna_files/pdf/IOP-2014-U-009109.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2020.

NUDELMAN, Mike; ROSEN, Armin; KELLEY, Michael. “This Map Shows Why The South China Sea Could Lead To The Next World War”. Business Insider, 10 jul 2014. Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/the-south-chinasea-graphic-2014-7>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

O’ROURKE, Ronald. China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities - Background and Issues For Congress. Congressional Research Service, 2020. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/RL33153.pdf>> Acesso em: 05 jul. 2020.

PCA, 2016. Permanent Court of Arbitration. The South China Sea Arbitration - The Republic of the Philippines v. The People’s Republic of China, 2016. Disponível em: <<https://pca-cpa.org/en/news/pca-press-release-the-south-china-sea-arbitration-the-republic-of-the-philippines-v-the-peoples-republic-of-china/>> Acesso em: 03 jul. 2020.

PEDROSO, Raul. China versus Vietnam: An Analysis of the Competing Claims in the South China Sea. Center for Naval Analysis (CNA), Washington, v. 0, n. 0, 142 p., 2014. Disponível em: <https://www.cna.org/cna_files/pdf/IOP-2014-U-008433.pdf>. Acesso em: 03 mar 2020.

POSEN, Barry R. Command of the Commons: The Military Foundation of U.S. Hegemony. *International Security*. Vol. 28, nº 1, pp. 5-46. MIT Press Journals, 2003. Pp. 546. Disponível em: <<http://web.mit.edu/SSP/people/posen/commandofthecommons.pdf>> Acesso em: 20 maio 2020.

RIBEIRO, Antônio S. Mahan e as marinhas como instrumento político. *Revista Militar*, Lisboa/Portugal, v. 1, ed. 2500, p. 465-483, maio 2010. Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/569>>. Acesso em: 5 maio 2020.

RPC. REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. *Livro Branco de Defesa*, Título original: China's National Defense in the New Era. Beijing: The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2019. Disponível em: <<http://www.xinhuanet.com/english/download/whitepaperonnationaldefenseinnewera.doc>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

SILVA, Daniel Neves. A Revolução Chinesa de 1949 caracterizou a ascensão dos comunistas ao poder com a proclamação da República Popular da China sob a liderança de Mao Tsé-tung. In: *História do Mundo*, 9 abr. 2019. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/revolucao-chinesa.htm>. Acesso em: 10 jun. 2020.

TILL, Geoffrey. *Seapower: a guide for the twenty-first century* 2.ed. London: Frank Cass, 2004, 430 p.

TOSTA, Octavio. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. 103 p.

UNCTAD, United Nations Conference on Trade and Development. *Review of Maritime Transport 2019*, United Nations Publications. New York, 2019. Disponível em: <https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/rmt2019_en.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2020.

VAN TOL, Jan M.; GUNZINGER, Mark; KREPINEVICH, Andrew F.; THOMAS, Jim. *AirSea Battle: A Point-of-Departure Operational Concept*. Washington, D.C.: Centre for Strategic and Budgetary Assessments, 2010. 123 p.

VILLAR, Lejla; HAMILTON, Mason. Maritime chokepoints are critical to global energy security. In: *EIA - The U.S. Energy Information Administration*. Washington/USA, 1 ago. 2017. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=32292>. Acesso em: 7 jul. 2020.

VIOLANTE, Alexandre R. A Teoria do Poder Marítimo de Mahan: Uma Análise Crítica à Luz de Autores Contemporâneos. *Revista da Escola Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 223-260, jan./jun. 2015.

WEDIN, Lars. *Estratégias Marítimas no Século XXI: A contribuição do Almirante Castex*. Tradução de Reginaldo Gomes Garcia dos Reis et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015. 236 p.

WORLD BANK. *Purchasing Power Parities and the Size of World Economies: Results from the 2017 International Comparison Program*. Washington, DC. The World Bank, 2020, p. 1-

224. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/programs/icp>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

YARGER, Harry R. The Strategic Appraisal: the key to effective Strategy. In: U.S. Army War College. Guide to National Security Issues: Theory of War and Strategy. 3rd ed. Carlisle: Department of National Security and Strategy, 2008. Volume I, cap. 4, p. 53-66.

ANEXO A

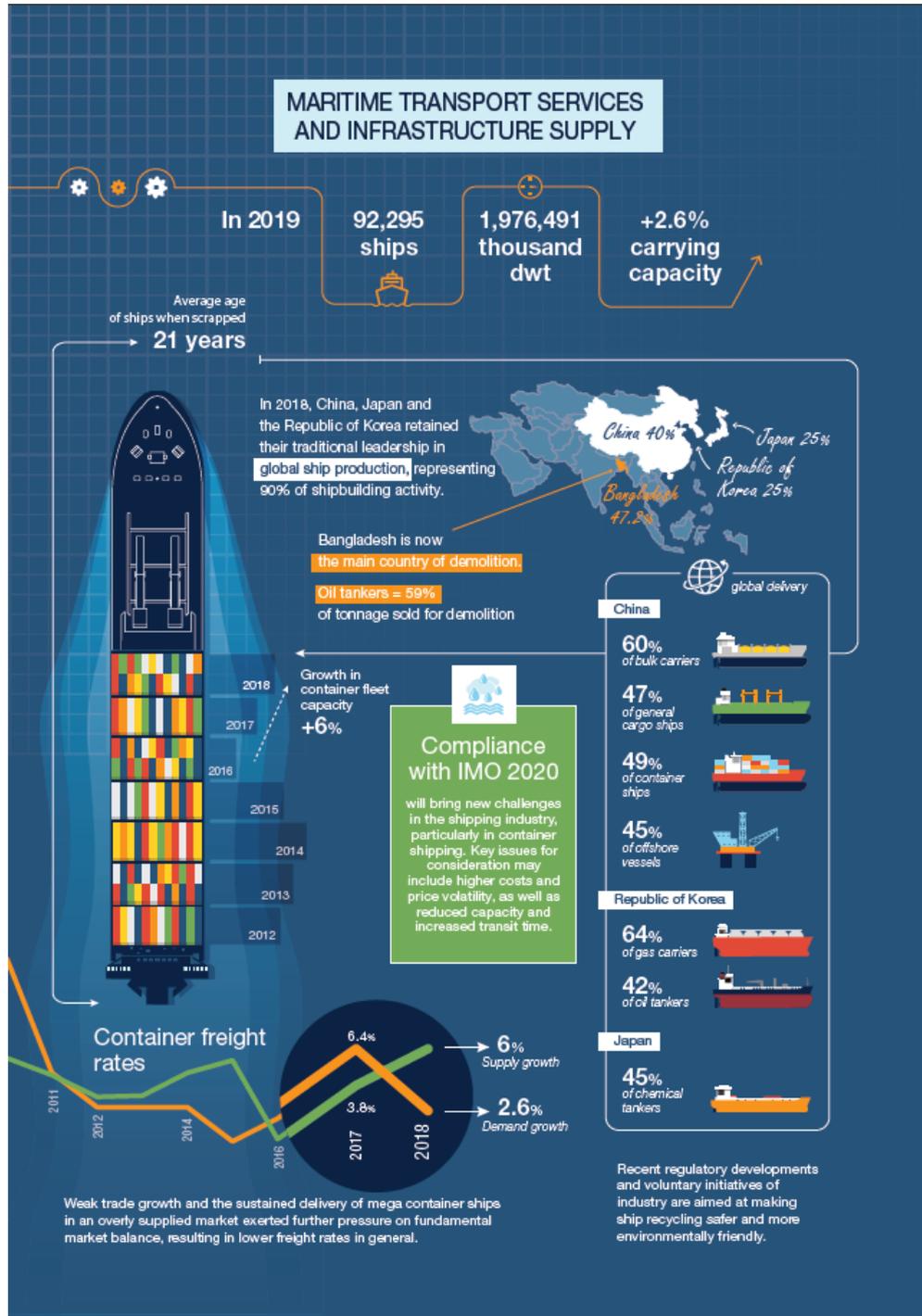


Figura 1 – Serviços de transporte marítimo e apoio de infraestrutura.

Fonte: UNCTAD 2019, p. 28.

ANEXO B

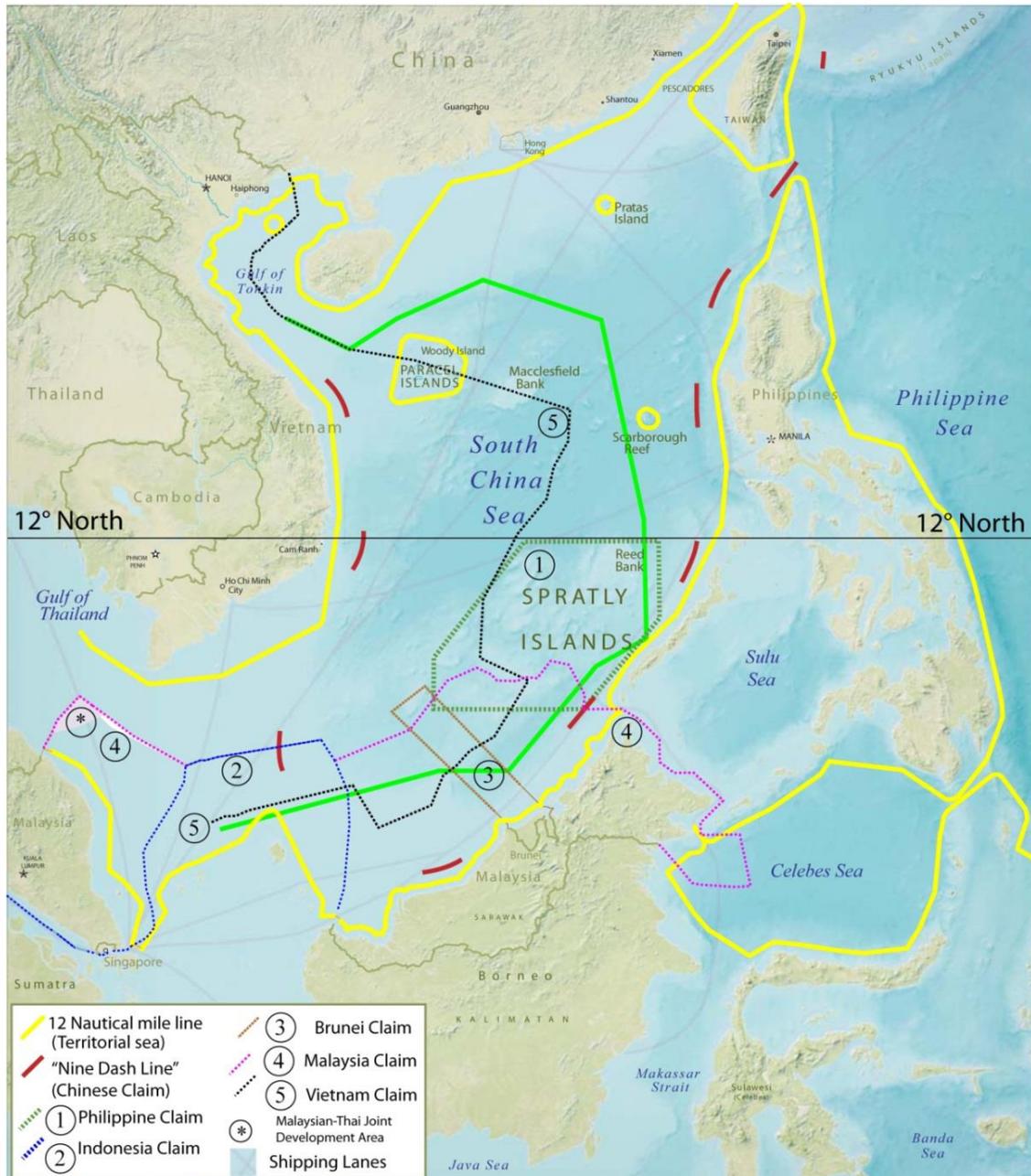


Figura 2 - Mapa da linha de nove traços “*Nine-Dash Line*”.

Fonte: McDEVITT, 2014.

ANEXO C

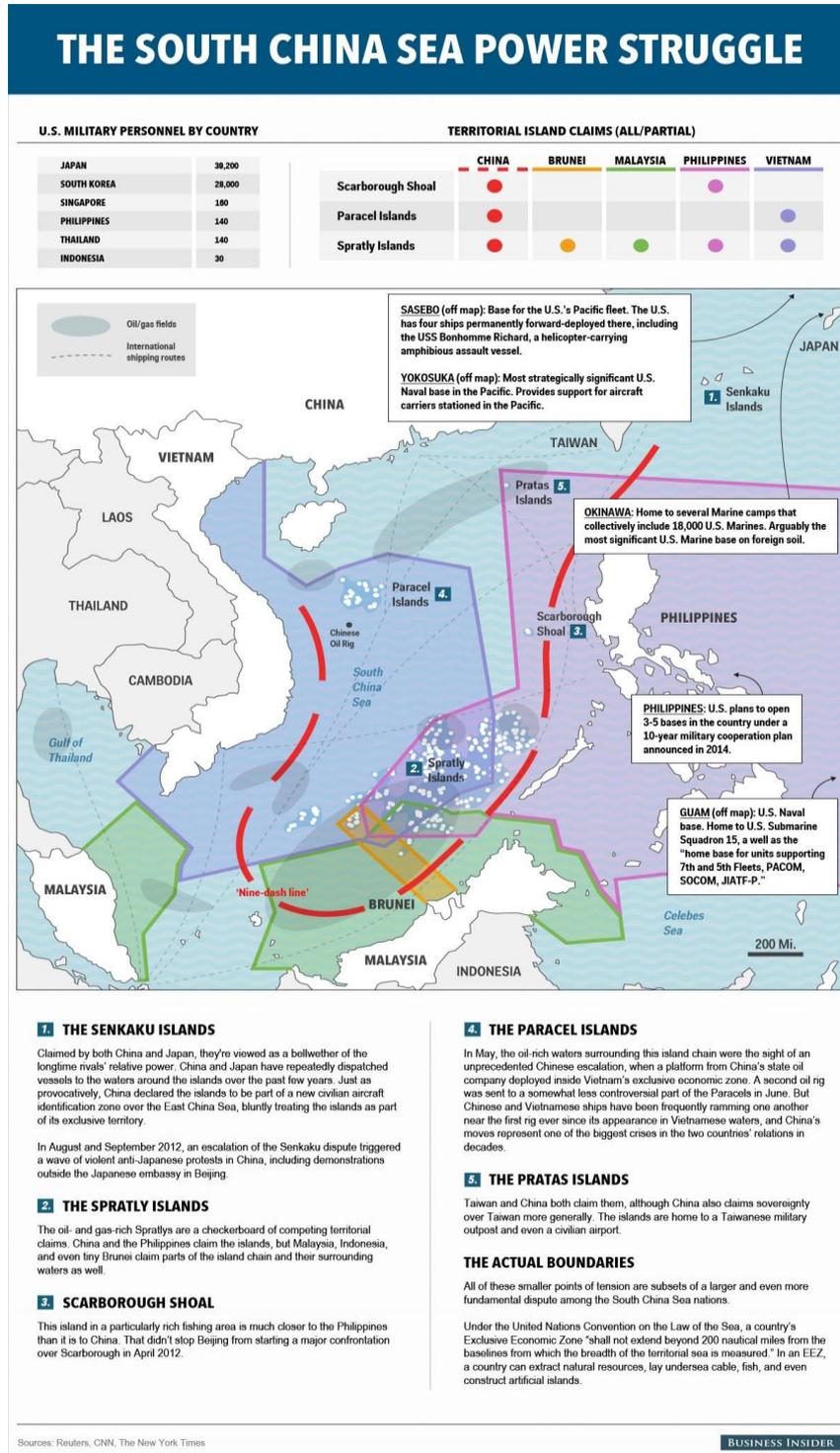


Figura 3 – Principais pontos de tensão no Mar do Sul da China.

Fonte: NUDELMAN, 2014.

ANEXO D



Figura 4 – Mosaico de evolução da ocupação da Ilha Woody.
Fonte: AMTI, 2020. (Houve alteração nas figuras com acréscimo de datas, para explicitar a evolução).

ANEXO E



Figura 5 – Mosaico de evolução da ocupação e militarização do Recife Fijery Cross.
 Fonte: AMTI, 2020. (Houve alteração nas figuras com acréscimo de datas, para explicitar a evolução).

ANEXO G

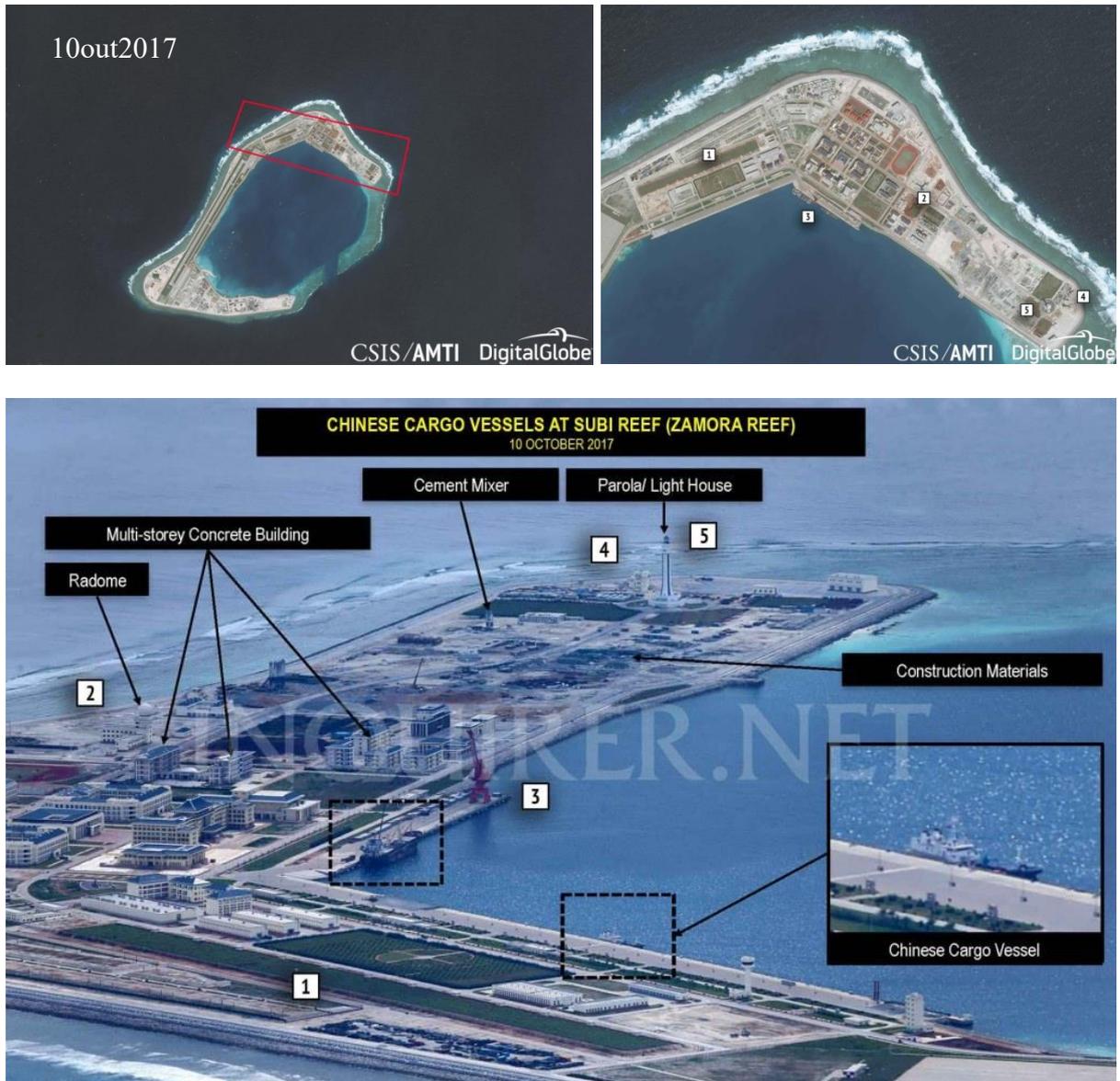


Figura 7 – Mosaico de evolução da ocupação e militarização do Recife Subi.

Fonte: AMTI, 2020. (Houve alteração nas figuras com acréscimo de datas, para explicitar a evolução).

ANEXO H

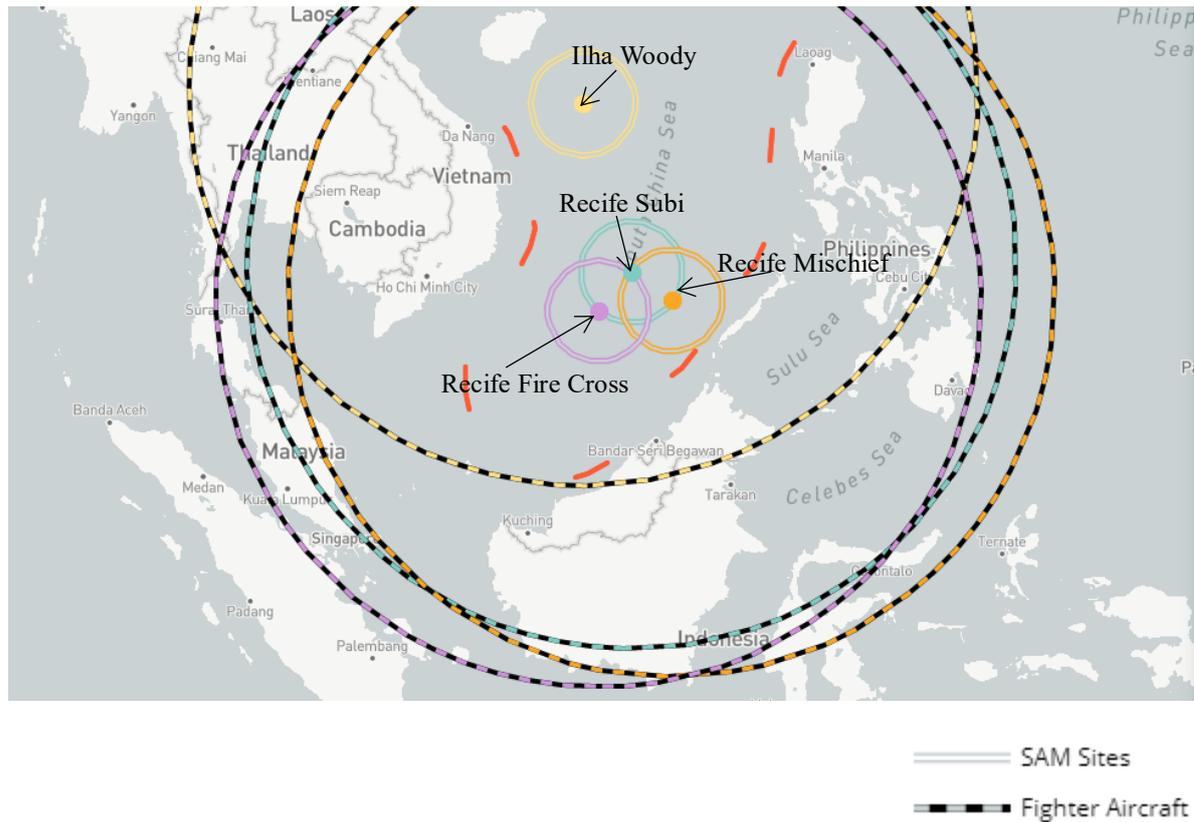


Figura 8 - Mapa gráfico com o alcance dos mísseis superfície-ar e aeronaves de ataque das principais ilhas artificiais da RPC. (Ilha Woody, Recife Fire Cross, Recife Mischief e Recife Subi).

Fonte: AMTI, 2020. (Houve alteração na ilustração com acréscimo de setas e nomes das ilhas, para explicitar a localização).

ANEXO I

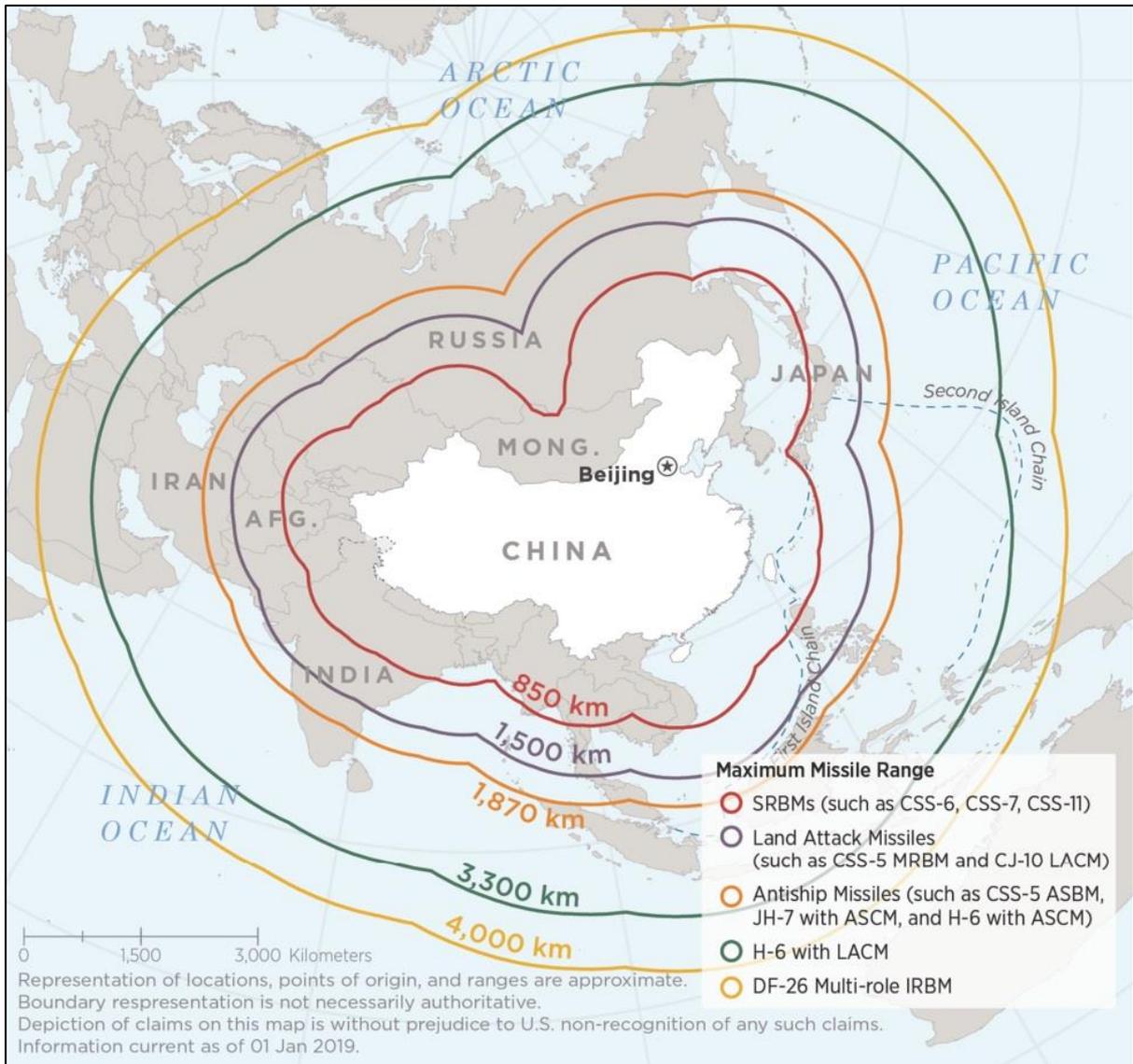


Figura 9 – Raios de ação dos mísseis da RPC.

Fonte: DOD, 2019, p. 45.

ANEXO J

Major Naval Units



Figura 10 – Localização das principais forças navais da RPC.

Fonte: DOD, 2019, p. 39.

ANEXO K

TABELA 1

Evolução da modernização militar naval da RPC desde 2005

(Figures include both less-capable older units and more-capable newer units)

Year of DOD report	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2019 change from 2005	
Ballistic missile submarines	1	1	1	1	2	2	2	2	3	3	4	4	4	4	4	+3	
Nuclear-powered attack submarines	6	5	5	5	6	6	5	5	5	5	5	5	5	5	6	0	
Diesel attack submarines	51	50	53	54	54	54	49	48	49	51	53	57	54	47	50	-1	
Aircraft carriers	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	+1	
Destroyers	21	25	25	29	27	25	26	26	23	24	21	23	31	28	33	+12	
Frigates	43	45	47	45	48	49	53	53	52	49	52	52	56	51	54	+11	
Corvettes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	15	23	23	28	42	+42	
Missile-armed coastal patrol craft	51	45	41	45	70	85	86	86	85	85	86	86	88	86	86	+35	
Amphibious ships: LSTs and LPDs	20	25	25	26	27	27	27	28	29	29	29	30	34	33	37	+17	
Amphibious ships: LSMs	23	25	25	28	28	28	28	23	26	28	28	22	21	23	22	-1	
Total of types above (does not include other types, such as auxiliary and support ships)	216	221	222	233	262	276	276	271	273	283	294	303	317	306	335	+119	
China Coast Guard ships	<i>n/a</i>	185	240	248	<i>n/a</i>												
Total U.S. Navy battle force ships (which includes auxiliary and support ships but excludes patrol craft)	291	282	281	279	282	285	288	284	287	285	289	271	275	279	286	-5	
U.S. Navy figure compared to above total for certain Chinese ship types	+75	+61	+59	+46	+20	+9	+12	+13	+14	+2	-5	-32	-42	-27	-49	-124	

Source: Table prepared by CRS based on 2005-2019 editions of annual DOD report to Congress on military and security developments involving China (known for 2009 and prior editions as the report on China military power), and (for U.S. Navy ships) U.S. Navy data as presented in CRS Report RL32665, *Navy Force Structure and Shipbuilding Plans: Background and Issues for Congress*, by Ronald O'Rourke.

Notes: *n/a* means data not available in report. **LST** means tank landing ship; **LPD** means transport dock ship; **LSM** means medium landing ship. The DOD report generally covers events of the prior calendar year. Thus, the 2019 edition covers events during 2018, and so on for earlier years. Similarly, for the U.S. Navy figures, the 2019 column shows the figure for the end of FY2018, and so on for earlier years.

Fonte: O'ROURKE, 2020, p. 22.